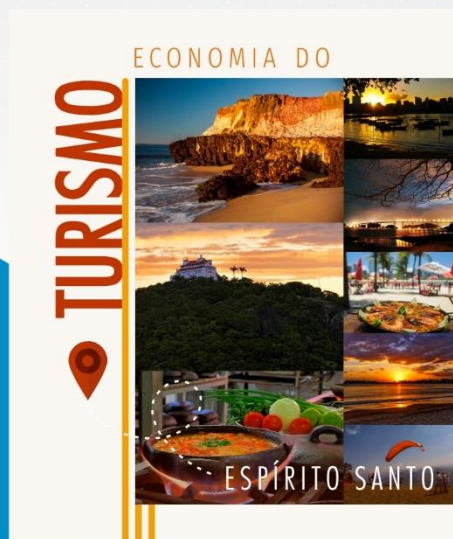




IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2020

59

TEXTO PARA DISCUSSÃO

A economia do turismo
no Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves

A economia do turismo no Espírito Santo.

Vitória, ES, 2020. 75 p.; il. tab. (TD | 59)

1. Turismo. 2. Economia. 3. Indicadores. 4. Espírito Santo (Estado).

I. Da Rocha, Antônio Ricardo Freislebem. II. Da Silva, Estefânia Ribeiro. III. Dias, Lázaro César (bolsista). *et al.*
IV. Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO – SETUR

Dorval de Assis Uliana

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO - FAPES

Denio Rebello Arantes

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Luiz Paulo Vellozo Lucas

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Júnia Santa Rosa

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Pablo Silva Lira

Coordenação Geral

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha

Equipe técnica

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha

Estefania Ribeiro da Silva

Lázaro César Dias (Bolsista)

Fabiano Luiz Alves Barros (Bolsista)

Colaboração

Ana Carolina Giuberti (IJSN)

Igor Gonçalves Calhau (SETUR)

Maria Amélia Santiago Ataíde (Estagiária IJSN)

Rafael Granvilla Oliveira (SETUR)

Bibliotecário

Jair Rosário Filho

APRESENTAÇÃO

Este documento é resultado do projeto *Economia do Turismo no Espírito Santo*, uma parceria entre o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo (SETUR-ES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O estudo tem por objetivo produzir informações acerca da economia do turismo no Espírito Santo, com a construção de indicadores que possibilitem o acompanhamento da dinâmica dessa relevante atividade da economia capixaba.

Fazendo uso de bases de dados oficiais disponíveis e contínuas, e usando de critérios de confiabilidade, acessibilidade e comparabilidade dos dados utilizados na composição dos indicadores do turismo, pretende-se, ainda, produzir e sistematizar a atualização de duas ferramentas de acompanhamento contínuo que reunirão as informações do turismo: (i) painel de indicadores interativo e (ii) boletim conjuntural.

Os indicadores constituem-se como instrumentos fundamentais para o acompanhamento da dinâmica das atividades econômicas. As ferramentas de acompanhamento contínuo do turismo possibilitarão a disponibilização das informações do setor no Espírito Santo para o público em geral, de forma acessível e tempestiva, fornecendo, também, subsídios para a tomada de decisão, tanto do setor privado quanto do setor governamental, para implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas setoriais.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	4
1. INTRODUÇÃO	9
2. ECONOMIA DO TURISMO.....	11
3. AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO NO ESPÍRITO SANTO	16
4. DIMENSIONAMENTO E ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO DAS ACT's.....	27
4.1. Fontes de informações.....	27
4.2. Compatibilização dos bancos de dados	34
4.3. Indicadores selecionados	35
4.4. Operacionalização das ferramentas.....	40
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
5.1. Valor Adicionado Bruto do Turismo	42
5.2. Desempenho da Atividade Turística no Espírito Santo	43
5.3. Pessoas ocupadas no Turismo do Espírito Santo	47
5.4. Emprego Formal do Turismo no Espírito Santo	57
5.4.1. Emprego formal nos municípios	59
5.5. Outras informações.....	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	71
ANEXO	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação dos bens e serviços de acordo com a inserção no turismo.....	13
Figura 2: Principais estudos utilizados em Economia do turismo no Espírito Santo	17
Figura 3: Mapa das Regiões Turísticas do Espírito Santo - 2019.....	39
Figura 4: Participação (%) do número de empregos formais nas atividades características do turismo por região turística – Espírito Santo – 2017	61
Figura 5: Participação (%) do número de empregos formais nas atividades características do turismo no total de empregos formais por municípios – Espírito Santo – 2017	63
Figura 6: Participação (%) da massa de rendimento dos empregados formais nas atividades características do turismo no total de empregos formais por municípios – Espírito Santo – 2017	65
Figura 7: Rendimento médio dos empregos formais nas atividades características do turismo – Espírito Santo – 2017	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Correspondência entre ISIC e CNAE.....	18
Quadro 2: Grandes grupos das atividades características do turismo por estudo.....	21
Quadro 3: Comparativo da definição das atividades características do turismo por estudo.....	22
Quadro 4: Justificativa das atividades suprimidas na metodologia do IJSN	25
Quadro 5: Atividades Características do Turismo no Espírito Santo.....	26
Quadro 6: Atividades agrupadas para criação do IATUR	28
Quadro 7: Resumo descritivo das bases de dados.....	34
Quadro 8: Compatibilização das atividades características do turismo por fonte de informação	35
Quadro 9: Resumo dos Indicadores selecionados	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Componentes do Valor Adicionado – Espírito Santo – 2015 (Milhões de R\$)	43
Tabela 2: Número de pessoas ocupadas por segmento das atividades características do turismo – Espírito Santo – 2012 a 2018.....	51
Tabela 3: Participação (%) das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo e demais setores por sexo, faixa etária e grau de escolaridade – Espírito Santo – 2018	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição do Valor Adicionado por atividade – Espírito Santo – 2015.....	43
Gráfico 2: Índice da receita da atividade turística – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2011 a 2018.....	44
Gráfico 3: Variação (%) anual da receita da atividade turística – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2012 a 2018	44

Gráfico 4: Variação (%) anual da receita da atividade turística – Unidades da Federação – 2018/2017.....	45
Gráfico 5: Índice do volume da atividade turística – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2011 a 2018.....	45
Gráfico 6: Variação (%) anual do volume da atividade turística – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2012 a 2018.....	46
Gráfico 7: Variação (%) anual da receita da atividade turística – Unidades da Federação – 2018/2017.....	46
Gráfico 8: Número de pessoas ocupadas nas atividades características do turismo – Espírito Santo – 2012 a 2018.....	47
Gráfico 9: Índice de pessoas ocupadas nas atividades características do turismo – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2012 a 2018 (2012=100).....	48
Gráfico 10: Evolução do número de pessoas ocupadas nas atividades características do turismo - Espírito Santo - 2012 a 2018	49
Gráfico 11: Participação (%) das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo no total de pessoas ocupadas - Espírito Santo – 2012 a 2018.....	49
Gráfico 12: Participação (%) das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo no total de pessoas ocupadas – Unidades da Federação – 2018.....	50
Gráfico 13: Participação (%) das pessoas ocupadas por segmento das atividades características do turismo – Espírito Santo - 2018.....	50
Gráfico 14: Participação (%) das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo por posição na ocupação e categoria do emprego – Espírito Santo - 2018.....	52
Gráfico 15: Participação (%) das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo por formalidade do trabalho – Espírito Santo – 2012 a 2018.....	52
Gráfico 16: Participação (%) das pessoas ocupadas por formalidade do trabalho e atividade econômica – Espírito Santo - 2018.....	53
Gráfico 17: Massa de rendimento real habitual das atividades características do turismo – Espírito Santo – 2012 a 2018 (R\$ milhões)	54
Gráfico 18: Índice da massa de rendimento real das atividades características do turismo – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2012 a 2018 (2012=100).....	55
Gráfico 19: Participação (%) da massa de rendimento habitual das atividades características do turismo no total da massa de rendimento - Espírito Santo – 2012 a 2018	55
Gráfico 20: Rendimento médio real habitual das atividades características do turismo – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2012 a 2018 (R\$)	56
Gráfico 21: Rendimento médio real habitual por atividade econômica – Espírito Santo – 2012 a 2018 (R\$)	57
Gráfico 22: Estoque de empregos formais nas atividades características do turismo – Espírito Santo – 2012 a 2017.....	57
Gráfico 23: Evolução da variação do estoque de emprego formal no Espírito Santo nas atividades características do turismo e Demais setores – 2012 a 2017	58
Gráfico 24: Participação (%) das atividades características do turismo no total de vínculos - Espírito Santo – 2012 a 2017.....	58
Gráfico 25: Participação (%) dos vínculos por segmento das atividades características do turismo - Espírito Santo – 2017.....	59
Gráfico 26: Ranking dos 10 municípios com maior número de empregos formais nas atividades características do turismo – 2017	60

Gráfico 27: Participação (%) do número de empregos formais nas atividades características do turismo no total de empregos formais por região turística – Espírito Santo – 2017.....	62
Gráfico 28: Participação (%) da massa de rendimento dos empregos formais nas atividades características do turismo no total da massa de rendimento por região turística – Espírito Santo – 2017.....	64
Gráfico 29: Rendimento médio do emprego formal nas atividades características do turismo por região turística – Espírito Santo -2017 (R\$)	66

1. INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que envolve o movimento de pessoas para uma localidade diversa da sua habitual com propósitos pessoais/lazer ou de negócios/profissionais. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2018), o turismo vem apresentando crescimento nos últimos anos. Em 2018, o setor registrou o segundo melhor resultado dos últimos 10 anos, atingindo a marca de 1,4 bilhão de chegadas internacionais no mundo todo, um aumento de 6% sobre 2017.

O turismo pode desempenhar um importante papel na economia, com vários benefícios econômicos associados à prática dessa atividade econômica relacionados na literatura econômica. Dentre esses, destaca-se os benefícios associados à produção de bens e serviços, ao consumo, à geração de receitas, à criação de empregos e renda, bem como à contribuição na melhoria da distribuição de renda, da infraestrutura e do bem-estar, constituindo-se, assim, em uma alternativa capaz de fomentar o crescimento e desenvolvimento de uma região.

A economia do turismo possui a qualidade de ter um efeito multiplicador, principalmente, em nível de renda e de emprego (SILVA, 2004). Essa atividade pode contribuir para acionar novas formas de produção, resultando em diminuição na desigualdade, dado o efeito de incremento na renda, que, por sua vez, terá um fator multiplicador na geração de receitas para a localidade (CARVALHO, 2004).

O aumento do emprego e da renda dos locais turísticos, além de contribuir para o desenvolvimento e o crescimento de uma região, contribui para a melhoria da infraestrutura da localidade, através do desenvolvimento de novos serviços de infraestrutura, como a execução de obras de saneamento, água, estradas, instalações, etc. A melhoria da infraestrutura, por sua vez, atrairá novos visitantes para a área turística, implicando em um aumento de receita para a região e no ganho de bem-estar para sua população (SILVA, 2004).

No entanto, apesar de reconhecer que esta atividade pode exercer grande importância sobre a economia dos países e regiões, funcionando como atividade propulsora da economia, verifica-se, no Espírito Santo, poucos estudos e ferramentas que acompanhem os dados econômicos desse setor no contexto estadual.

Os indicadores de conjuntura constituem-se como instrumentos fundamentais para o acompanhamento da dinâmica das atividades econômicas, na medida que seus resultados servem como subsídios para a tomada de decisão, tanto do setor privado quanto do setor governamental, para a implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas setoriais.

Neste contexto, este estudo tem como objetivo produzir informações acerca da economia do turismo no Espírito Santo, por meio da construção de indicadores que possibilitarão o acompanhamento da dinâmica dessa relevante atividade econômica capixaba. Assim, especificamente, pretende-se produzir e sistematizar a atualização de duas ferramentas de acompanhamento contínuo que reunirão as informações do turismo: (i) painel de indicadores interativo e (ii) boletim conjuntural.

Para tanto, foram realizadas as seguintes etapas: (i) Definição das atividades características do turismo; (ii) Levantamento das informações disponíveis para acompanhamento do setor; (iii) Seleção dos indicadores a serem acompanhados; (iv) Elaboração e operacionalização das ferramentas de acompanhamento contínuo.

A atividade turística apresenta algumas particularidades, principalmente quando comparada às atividades econômicas tradicionais, tais como a agricultura e a indústria. Um dos principais aspectos que desenha essa peculiaridade refere-se à delimitação das atividades econômicas compreendidas no turismo. Como esse setor não é definido pelos bens e serviços produzidos, mas sim pelas características de quem o consome, isto é, aqueles bens e serviços consumidos por excursionistas ou turistas, faz-se necessário, antes da produção das informações, definir quais atividades compõem o turismo no Espírito Santo.

Dessa forma, este documento detalha os procedimentos metodológicos utilizados na definição das atividades que compõem o turismo. Além disso, o documento apresenta, também, a preparação dos indicadores a serem acompanhados, bem como a operacionalização das ferramentas de acompanhamento da economia do turismo no Espírito Santo.

Esse documento é resultado do projeto Economia do Turismo no Espírito Santo, uma parceria entre o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo (SETUR-ES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Fazendo uso de bases de dados oficiais, disponíveis e contínuas, e usando de critérios de confiabilidade, acessibilidade e comparabilidade dos dados utilizados na composição dos indicadores do turismo, o estudo pretende, por meio da construção e sistematização da atualização dessas ferramentas de acompanhamento contínuo, que o IJSN possa disponibilizar de forma acessível e tempestiva, para o público em geral as informações do turismo no Espírito Santo.

Esse texto está dividido em 4 partes, além desta introdução. A priori será apresentada uma contextualização econômica da atividade turística, em seguida a metodologia adotada para a definição das atividades turísticas do Espírito Santo. Posteriormente, serão apresentados os aspectos metodológicos para dimensionamento e acompanhamento contínuo das informações do turismo no Espírito Santo e, por fim, será apresentada a análise de alguns resultados advindos da manipulação das informações para a criação das ferramentas.

2. ECONOMIA DO TURISMO

Durante todo o século XIX, observou-se o desenvolvimento do turismo e da hotelaria como atividades importantes para a economia dos países, mas apenas no século XX ocorreu um significativo progresso dessas atividades, no que se refere ao número de empregos gerados e na ampliação da infraestrutura no setor, que viriam atender à demanda turística (MTUR, 2015).

O turismo, enquanto campo de estudo, tem recebido diversas definições ao longo dos anos. As primeiras definições sobre o turismo, no entanto, eram muito amplas e pouco esclarecedoras, uma vez que introduziam muitos conceitos indeterminados.

Do ponto de vista conceitual, o turismo pode ser estudado de diversas perspectivas, dada a complexidade de relações entre os elementos que o formam, seja relacionado aos aspectos sociais, antropológicos, culturais, econômicos ou, até, geográficos. Diante dessa diversidade, nota-se o aprofundamento da concepção de economia aplicada ao turismo.

Sob o enfoque econômico, as relações entre turismo e economia são diversas. Primeiramente, destaca-se que o turismo é uma atividade eminentemente econômica associada à escolha de consumo dos turistas de bens e serviços e, como tal, está condicionado à dinâmicas das atividades econômicas em geral. Em segundo lugar, o turismo é influenciado pelas condições do ambiente econômico, sendo, assim, considerado um elemento passivo da economia. Por fim, o turismo desempenha um papel ativo sobre a economia, principalmente no que diz respeito a geração de empregos e renda (SANTOS e KADOTA, 2012). O turismo é, assim, uma atividade produtiva contínua, geradora de renda, que se submete às leis econômicas e interfere nos diversos segmentos da economia, repercutindo em outras atividades produtivas e nas demais atividades econômicas.

O IBGE (2007) ressalta que as tradicionais descrições do turismo, baseadas nos aspectos de demanda turística, como a caracterização dos visitantes e das condições e motivos da viagem, vêm sendo complementadas por uma perspectiva econômica, a fim de identificar e valorar as contribuições geradas por este setor à economia. A análise econômica do turismo, tal como ressaltado pelo IBGE (2007), faz-se, principalmente, a partir do dimensionamento econômico das atividades que ofertam os produtos que os turistas consomem durante suas viagens e das repercussões que a oferta dessas atividades exerce sobre a economia.

Os estudos relacionados à economia do turismo não são recentes. Em 1910, a conceituação de Herman Von Schullard já sugeria a ótica econômica, definindo Turismo como “A soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região.” (BENI *apud* PARENTE, 1998).

Na ótica econômica, a definição do turismo refere-se a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento dos visitantes para uma região (BENI *apud* NODARI, 2002). A economia do turismo pode ser definida como o estudo de como a sociedade emprega recursos para produzir bens e serviços com a finalidade de satisfazer a necessidade dos turistas (CARVALHO, 2004).

É, no entanto, a partir do nascimento do turismo moderno e do surgimento do turismo como atividade econômica que surge a necessidade da sua definição. Primeiro, segundo um ponto de vista técnico e estatístico, e depois, sob o ponto de vista conceitual para delimitar o seu âmbito e compreender o seu funcionamento (CUNHA, 2010).

Muitas outras definições surgiram, mas, com o progresso e desenvolvimento do turismo e da hotelaria como atividades econômicas importantes para a economia dos países, os organismos internacionais reconheceram a importância de definir os conceitos básicos do Turismo com o fim de obter estatísticas comparáveis.

Em 1937, foi dado início a evolução dos instrumentos de medidas do turismo com a primeira definição oficial de turista, que denominava como tal todas as pessoas viajando por uma duração de 24 horas ou mais num país diferente daquele onde tem a sua residência habitual. Posteriormente, foram recomendadas alterações à definição inicial, dentre as quais a separação dos termos excursionistas e viajantes em trânsito do termo turista e a introdução e revisão do termo visitante.

Somente na década de 1980 é que a OMT consolida a importância das estatísticas do turismo e a sua interdependência com as contas nacionais para o dimensionamento econômico da atividade. Nessa época, os visitantes, nacionais ou domésticos, passam a integrar a definição de turismo e as definições e classificação utilizadas pela OMT e ONU são revisadas.

No início da década de 1990, a Conferência Internacional de Estatísticas de Viagens e Turismo, realizada pela OMT, foi o culminar dos esforços realizados na segunda metade da década de 1970 e 1980. Como resultado da Conferência sobre Viagens e Estatísticas de Turismo, a OMT, em 1993, aprovou uma série de definições e recomendações de classificação das atividades relacionadas ao turismo, que foram também ratificadas por seu conselho econômico fiscal.

Em 1993, finalmente, a Comissão Estatística da ONU adotou a definição que passou a vigorar desde então para o termo visitante, com contornos e amplitude muito diferentes daquela a que conduziu o conceito inicial. A OMT publicou, em 1994, o documento intitulado “Recomendações de Estatísticas para o turismo”, que incluía: a) as recomendações sobre estatísticas do turismo proposto pela OMT na Conferência de 1991 e (b) a Norma para Classificação Internacional de Atividades Turísticas (SICTA), a classificação de atividades produtivas relacionadas ao turismo que devem orientar os países na compilação de estatísticas do lado da oferta, um aspecto que não havia sido considerado anteriormente nas estatísticas do turismo. Em adição, no fim da década de 1990, as recomendações sobre o marco conceitual da conta satélite do turismo são formuladas e apresentadas.

Em 2010, foi publicada as recomendações internacionais para estatísticas do turismo 2008 (OMT, 2010), que incorpora observações e conclusões da Conta Satélite do Turismo (OMT, 2001), com o intuito de organizar uma metodologia e padronizar as estatísticas do setor para referência internacional. O estudo é um marco no planejamento e referência para dimensionamento e avaliação do impacto da atividade no setor na aquisição de bens e serviços.

A OMT (2010) define o turismo como:

“Conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu habitual entorno, por um período de tempo inferior

a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (OMT, 2001, p. 14) ”.

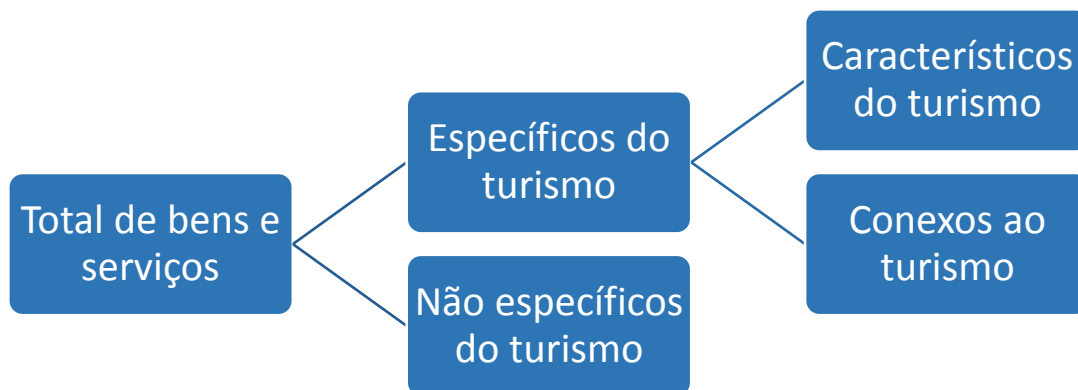
O turismo, como atividade econômica, é definido a partir da perspectiva da demanda, isto é, como resultado do consumo dos visitantes (IBGE, 2010). Dessa forma, o turismo apresenta algumas particularidades, principalmente quando comparado às atividades tradicionais, tais como a agricultura e a indústria. Um dos principais aspectos que torna essa atividade peculiar refere-se à delimitação da atividade, tendo em vista que os bens e serviços ofertados não se dão pelas suas próprias características, mas sim pela condição do turista que o consome. Isto quer dizer que um produto turístico, na verdade, é simplesmente um produto consumido pelo turista, podendo ser qualquer bem e serviço (SANTOS; KADOTA, 2012). A separação do que é ou não bens e serviços turísticos é problemática e aumenta a dificuldade na conceituação e a mensuração do valor econômico do turismo.

Nesse sentido, a OMT (2010) desenvolveu uma classificação dos produtos e serviços específicos do turismo que se subdivide em:

- i) Produtos característicos do turismo: são produtos os quais a redução da atividade turística acarretaria em uma diminuição significativa do serviço no setor.
- ii) Produtos conexos ao turismo: são uma categoria residual, que podem ser considerados produtos em um país e não necessariamente em outro.

A Figura 1 apresenta os produtos do turismo e onde eles estão alocados na cadeia do setor, segundo a definição da OMT:

Figura 1: Representação dos bens e serviços de acordo com a inserção no turismo



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2012).

A OMT (2010) sugere a elaboração de uma lista de produtos característicos do turismo e de produtos conexos ao turismo específicos de cada país ou região, com base na Classificação Central dos Produtos (CCP), elaborada pela ONU.

Os bens e serviços são produzidos pelas empresas, que são organizadas em atividades por meio das classificações de atividade econômica. Os produtos turísticos não são produzidos por um setor específico, mas sim por diversas atividades econômicas. Diferentemente dos demais bens

e serviços, a produção dos produtos turísticos não se dá de forma homogênea quanto aos processos de produção ou as características dos bens e serviços, fazendo com que a produção dos bens e serviços consumidos pelos turistas compreendam um amplo corte de atividades econômicas. Assim, as atividades econômicas do turismo se organizam através de um conjunto de atividades ao qual é factível agrupá-lo e analisá-lo devido ao consumo do turista de um determinado país ou região.

Como o turismo compreende esse amplo conjunto de itens e atividades relacionadas, é fundamental uma definição clara das atividades que a compõem e que a diferem dos outros setores (SANTOS; KADOTA, 2012).

Assim, determina-se que existe um conjunto de atividades produtivas especificamente ligadas ao turismo. Para a OMT (2010), essas atividades, denominadas atividades características do turismo, são aquelas que tipicamente produzem pelo menos um produto característico do Turismo. E as atividades que possuem como atividade principal as atividades características do turismo são chamadas de atividades turísticas ou setor turismo.

Isto posto, uma Atividade Característica do Turismo (ACT), pode, ao mesmo tempo, oferecer produtos que não sejam característicos do turismo. Isso acontece, por exemplo, no caso de serviços de transporte que podem oferecer produtos industrializados de alimentação na prestação do seu serviço de viagem, o qual é específico de outro setor que não de turismo.

A estrutura da OMT segue o molde da ONU (Organização das Nações Unidas) na intenção de padronizar as atividades turísticas mundiais. A tipologia recomendada pela OMT agrupa as atividades características do turismo em 10 categorias que constituem o núcleo da comparação internacional e são descritas com base na classificação internacional de atividades econômicas (International Standard Industrial Classification - ISIC) e estão listadas abaixo (Tradução Nossa):

1. Alojamento
2. Alimentação
3. Transporte ferroviário de passageiros
4. Transporte rodoviário de passageiros
5. Transporte marítimo de passageiros
6. Transporte aéreo de passageiros
7. Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros
8. Agência de viagens e similares
9. Atividades culturais
10. Atividades desportivas e de outros serviços de lazer

A OMT deixa espaço, ainda, em sua classificação à adição de duas outras categorias que são específicas de cada país.

Essa classificação mantém uma conformidade e uniformidade em relação aos produtos e serviços e aos consumidores a que se destinam, apresentando, assim, uma base conceitual para o Turismo, com vista a dispor de informações consistentes e fidedignas como suporte aos estudos e avaliações de impacto do turismo. Além disso, tal classificação é compatível e utiliza a mesma estrutura da classificação internacional de atividades econômicas (ISIC), elaborada pelas Nações Unidas.

Com base nessas recomendações, os países são incentivados a desenvolver suas estatísticas de turismo de acordo com as seguintes diretrizes: • As estimativas devem ser baseadas em fontes estatísticas confiáveis; • As observações devem ter caráter estatístico e ser produzidas de forma contínua, combinando a compilação de estimativas comparativas com o uso de indicadores para melhorar a utilidade dos resultados; • Os dados devem ser comparáveis ao longo do tempo dentro do mesmo país, comparáveis entre países e comparável a outros campos de atividades econômicas (OMT, 2010).

3. AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO NO ESPÍRITO SANTO

É por meio da oferta de bens e serviços, que responde à demanda na forma e na quantidade que os visitantes possam exigir, que a contribuição econômica do turismo pode ser mensurada e acompanhada. Dessa forma, para entender e descrever o turismo em um país é fundamental estudar o fornecimento de bens e serviços turísticos aos visitantes (OMT, 2010).

Para tanto, é importante determinar a unidade estatística para a qual as informações serão procuradas e os dados compilados. No caso do turismo, o ideal é buscar os indicadores tendo em vista as atividades características do turismo. Segundo Sakowski (2013, pág. 11),

“Um dos aspectos mais controversos ligados ao dimensionamento do mercado de trabalho no setor turismo se refere à delimitação das atividades que compõem o setor. A inclusão ou exclusão de uma única atividade pode gerar estimativas bastante diferentes”

Para a correta especificação das atividades que compõem o turismo no Espírito Santo, optou-se por partir do marco conceitual desenhado pela OMT na confecção da conta satélite do turismo, bem como das recomendações das estatísticas do Turismo, conforme apresentado na seção anterior. O primeiro passo, nesse sentido, refere-se a traduzir as atividades relativas ao turismo dispostas na classificação internacional uniforme das atividades turísticas (CIUAT) para uma classificação compatível com as análises no Brasil. No Brasil, a compatibilização ocorreu através da tradução da ISIC para a CNAE, o que possibilita correspondência com o colocado pelo ISIC. Essa correspondência foi elaborada e disponibilizada pelo IBGE no âmbito da Comissão de Classificações (CONCLA)¹.

Em adição às recomendações da OMT, decidiu-se por levantar os estudos e pesquisas econômicos brasileiros, com foco sobre aqueles que se dedicaram ao dimensionamento do turismo e das suas repercussões sobre a economia local, por meio da organização de estatísticas econômicas para a atividade turística, a fim de verificar as atividades consideradas para a realidade brasileira.

Santos (2016), em um levantamento sobre as pesquisas científicas em economia do turismo no Brasil, apontou a existência de um conjunto de pesquisas relativamente numeroso em que os principais temas estudados foram: o dimensionamento econômico do turismo no Brasil, os impactos econômicos de variações nessa atividade, o desenvolvimento econômico e regional, a demanda turística e a economia do transporte aéreo.

As pesquisas com foco na mensuração e nos impactos econômicos do turismo surgiram no país no início da década de 1990, com a publicação do Sistema de Contas Nacionais do Turismo: análise econômica, pela Embratur em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a OMT. Este estudo tinha por objetivo dimensionar a produção e a renda gerada pelo turismo no Brasil, bem como avaliar os impactos econômicos do setor com base em uma matriz de insumo-produto com a devida identificação das atividades

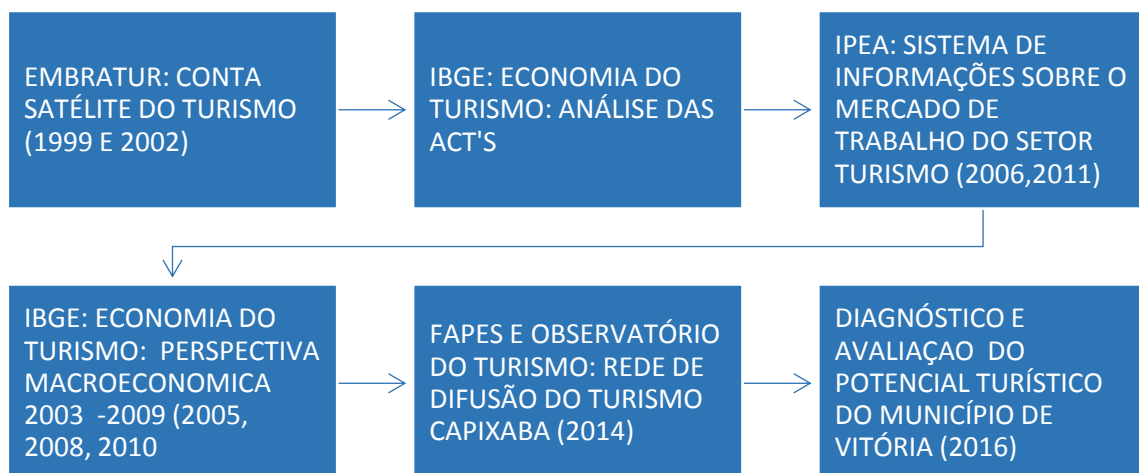
¹ <https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/correspondencias/atividades-economicas>

características do turismo (SANTOS, 2016). Posteriormente ao primeiro estudo, a EMBRATUR (2002) encomendou aos autores Rabahy e Kadota (2003) que desenvolveram um novo dimensionamento do turismo distinguindo a participação do turismo em cada atividade característica do setor, montando a primeira versão da conta satélite do turismo do país (SANTOS, 2016).

A partir de então, institutos de pesquisas nacionais como IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA), pesquisadores da comunidade acadêmica e da iniciativa privada e agências de fomento à pesquisa têm realizado uma série de estudos a fim de dimensionar e avaliar esse setor. A Figura 2 a seguir é uma linha temporal dos principais trabalhos mapeados por esse estudo.

É claro que os estudos apresentados no fluxograma não esgotam os estudos dessa perspectiva e que outros estudos acadêmicos foram realizados desde o início dos anos 2000, com vista ao dimensionamento e aos impactos econômicos do turismo, principalmente com base na metodologia de insumo-produto e de equilíbrio geral computável, tal como Casemiro Filho (2002), Takasago *et al.* (2010), Domingues, Betarelli Júnior e Magalhães (2011), dentre outros (SANTOS, 2016). No entanto, para fins de uma análise comparativa, optou-se por se aprofundar na identificação da classificação das atividades utilizadas nos institutos de pesquisas nacionais oficiais e naqueles aplicados à realidade capixaba.

Figura 2: Principais estudos utilizados em Economia do turismo no Espírito Santo



Fonte: Elaboração própria

▪ IBGE

Após o advento, em 2003, do Ministério do Turismo, o dimensionamento do setor deixou a EMBRATUR e ficou oficialmente a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que iniciou, a partir de 2007, uma série de estudos sobre a economia do turismo.

A publicação “Economia do turismo: análise das atividades características do turismo 2003” foi a primeira do IBGE, na qual, a partir da elaboração da classificação das atividades características

do setor, levantou-se indicadores com base nos resultados das pesquisas econômicas e domiciliares do próprio Instituto. Como fontes de informação, foram utilizadas a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e selecionados indicadores classificados em 5 grupos: Macroeconômicos, Setoriais, Microeconômicos, Demanda, Socioeconômicos (IBGE, 2007).

Em 2008, o estudo “Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005” apresenta resultados das atividades relacionadas ao turismo, porém avança em relação ao anterior, utilizando como base os dados compilados no sistema de contas nacionais (IBGE, 2008). A partir de 2009, desde “Economia do turismo 2003-2006”, o IBGE, ainda utilizando os dados do Sistema de Contas Nacionais, estreitou os limites das atividades consideradas, excluindo de seus agregados as informações da classificação de atividades que não tinham relação com o turismo (IBGE, 2009, 2010 e 2012).

Em todos os estudos do IBGE, a compatibilização das atividades foi feita levando em consideração a classificação da OMT, através da tradução da Classificação Internacional Padronizada de Atividades Econômicas (ISIC) para a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). A correspondência feita pelo IBGE, entre ISIC e CNAE, está no Quadro 1. Cabe destacar, no entanto, que os dados da CNAE em 2010 foram atualizados para uma versão 2.0, porém o cadastro do Sistema de Contas Nacionais permaneceu inalterado. Dessa forma, a série utilizada em Economia do Turismo 2003-2009, opera com a nomenclatura da versão 1.0, e realiza uma conversão dos códigos da CNAE 2.0 (IBGE, 2007, 2009, 2010 e 2012). A tabela de conversão para 2.0 usada pelo IBGE está no anexo.

Quadro 1: Correspondência entre ISIC e CNAE

Descrição	International Standard Industrial Classification (ISIC Rev. 3)	Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 1.0
Hotéis e similares	551	55.1
Restaurantes e similares	552	55.2
Transporte ferroviário de passageiros	(1) 6010	60.1
Transporte rodoviário de passageiros	(1) 6021+(1) 60.22	60.24+60.25
Transporte marítimo de passageiros	(1) 611+(1) 612	(1) 61.1+61.21
Transporte aéreo de passageiros	(1) 621+622	(1) 62.1+(1) 62.2
Atividades auxiliares do transporte de passageiros	(1) 6303	63.2
Agência de viagens e similares	6304	63.3
Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros	(1) 7111+(1) 7112+	71.10+71.21+
	(2) (1) 7113	71.22+71.23
Atividades culturais	92.329.233	92.52+92.53
Atividades desportivas e de outros serviços de lazer	(1) 9214+(1) 9219+(1) 9241+ 9249	92.31+92.32+92.39+92.61+92.62

Fonte: Elaborado com base em IBGE (2007)

- IPEA

As pesquisas do IPEA estimam outro importante efeito de natureza econômica gerada pelo turismo, o emprego. O IPEA implementou, a partir de 2003, uma série de estudos que deram origem ao sistema de informações sobre o mercado de trabalho do setor turismo, em parceria com o Ministério do Turismo. O objetivo desse sistema é fornecer informações sobre a ocupação nas atividades características do turismo (PINTO COELHO, 2008).

As estimativas são feitas a partir do cruzamento dos dados do número de pessoas ocupadas declaradas na RAIS, tendo em vista um conjunto selecionado de atividades, com os coeficientes de demanda turística. Os coeficientes de demanda turística, que expressam a porcentagem de atendimento a turistas no estabelecimento para os doze meses do ano, são calculados a partir de uma pesquisa primária realizada pelo IPEA, a cada cinco anos, junto aos estabelecimentos que operam nas principais atividades características do turismo (IPEA, 2006).

A primeira das pesquisas foi realizada em 2004-2005 e teve mais de 8 mil estabelecimentos pesquisados para se conhecer o percentual de turistas entre seus clientes (ÁRIAS, 2004). Posteriormente, o método foi atualizado em 2010, quando promoveu ajustes na metodologia, de modo a aperfeiçoar as estimativas do emprego no turismo e adequar os dados às Recomendações Internacionais para Estatísticas do Turismo da OMT (IPEA, 2013).

Em toda a série de relatórios, o IPEA seguiu as recomendações da OMT vigentes à época, levando em conta, inicialmente, sete ACTs: alojamento, transporte, alimentação, agências de viagem, auxiliar de transporte, aluguel de transporte e cultura e lazer, que foram, em seguida, atualizadas com a mudança no detalhamento da CNAE para a versão 2.0, o qual foi possível subdividir o transporte em quatro ACTs: transporte aéreo; transporte terrestre internacional, interestadual e intermunicipal; transporte terrestre local e transporte aquaviário.

- Estudos no Espírito Santo

Para o Espírito Santo foram encontradas duas pesquisas, ambas elaboradas no âmbito do edital FAPES nº020/2011, fruto de um acordo entre a Fundação de Amparo a Pesquisas do Espírito Santo (FAPES) e a Secretaria de Turismo do Espírito Santo (SETUR), cujo objetivo foi diagnosticar a economia do turismo no Espírito Santo e avaliar o potencial do turismo na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

O estudo “Diagnóstico e Avaliação do Potencial Turístico do Município de Vitória” (BRASIL *et al.*, 2016), realizou o levantamento do turismo em Vitória, através do inventário turístico do município, bem como realizou uma pesquisa quantitativa dos turistas em hotéis da cidade, e uma pesquisa qualitativa abordando o trade turístico. No que se refere ao dimensionamento do turismo na capital capixaba, o procedimento adotado na pesquisa leva em consideração a relação das ACT's selecionadas pelo Ministério do Turismo a partir das diretrizes estabelecidas pela OMT. Foram considerados os indicadores da receita gerada pela atividade turística e da arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), dos estabelecimentos e dos empregos associados às ACT's, com base na RAIS, e alguns indicadores adicionais relacionados ao turismo, como os movimentos nas entradas e saídas do município, meios de hospedagem e sazonalidade no turismo receptivo em Vitória, dentre outros relacionados à demanda turística.

Já o estudo “Rede de Difusão do Turismo Capixaba”, procedeu uma análise econômica do turismo, que tinha por objetivo produzir informações econômicas do setor para alguns municípios capixabas, a saber: Cariacica, Viana, Vila Velha, Serra, Fundão e Guarapari. Foram utilizados os indicadores do mercado de trabalho como uma alternativa para avaliar os impactos econômicos gerados pelo turismo e, tal como nos estudos do IPEA, aplicou-se os coeficientes de demanda turística, estimados por meio de pesquisa primária compatível com a do IPEA, para os municípios citados anteriormente. Para o levantamento dessas informações, o estudo levou em conta a oferta turística compatível com a definição da OMT. Além da análise econômica, o estudo abordou, também, a georreferenciação e espacialização dos atrativos, equipamentos, eventos e serviços de apoio ao turismo.

Tendo em vista o exposto, é possível observar que os esforços para o dimensionamento econômico do turismo em todos os estudos levantados levam em consideração e tem como ponto de partida as recomendações da OMT apresentadas na seção anterior. O Quadro 2 apresenta um comparativo dos grandes grupos utilizados em cada metodologia consultada.

Conforme pode ser observado, os grandes grupos considerados nas pesquisas são bem homogêneos, a diferença entre eles reside, principalmente, pela agregação de atividades e denominações diferenciadas. A única exceção diz respeito a consideração da atividade comércio varejista pelos estudos de Nicolau *et al.* (2014) que não são levados em consideração nos demais estudos.

Tendo em vista a homogeneidade das classificações existentes, optou-se por analisar a natureza desses grupos de atividades, observando as subdivisões das atividades econômicas que a compõem.

Quadro 2: Grandes grupos das atividades características do turismo por estudo

Economia do Turismo (IBGE)	Sistema informações sobre o mercado de trabalho (IPEA)	Rede de Difusão (Nicolau <i>et al</i>)	Diagnóstico e Potencial Turístico em Vitória (Brasil <i>et al</i>)
1. Alojamento;	1. Alojamento;	1. Alojamento;	1. Alojamento;
2. Alimentação;	2. Alimentação;	2. Alimentação;	2. Serviços de Alimentação;
3. Agência de Viagem;	3. Transporte terrestre;	3. Transportes ferroviário e metroviário;	3. Transporte de passageiros;
4. Transporte Aéreo;	4. Transporte aquaviário;	4. Transporte rodoviário;	4. Agências de viagem, operadoras e guias turísticos
5. Transporte Terrestre;	5. Transporte aéreo;	5. Transporte aéreo;	5. Atividades culturais;
6. Transporte Aquaviário;	6. Aluguel de equipamentos de transporte;	6. Transporte aquaviário e serviços auxiliares dos transportes;	6. Atividades recreativas e outros serviços de entretenimento
7. Aluguel de Transporte;	7. Agência de Viagem;	7. Atividades de agências e organizadoras de viagens;	7. Atividades turísticas diversos
8. Cultura e Lazer.	8. Cultura e Lazer.	8. Aluguel de bens móveis;	
		9. Atividades recreativas, culturais e desportivas.	
		10. Comércio varejista de bens característicos do turismo	

Fonte: Elaboração própria

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é a estrutura utilizada pelo Sistema Estatístico Nacional na maioria das estatísticas e análises econômicas. A instrumentalização e padronização da CNAE fica à cargo da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, gerida pelo IBGE. Essa classificação possui diversos níveis de desagregação com a organização hierárquica da CNAE 2.0, seguindo o esquema a seguir: Seção, Divisão, Grupo, Classe e Subclasse.

Assim, decidiu-se por avaliar o comparativo dessas atividades em um nível mais desagregado, que é o empregado em todos esses estudos, na subdivisão de classe da CNAE 2.0. O Quadro 3 apresenta a comparação entre os estudos ressaltados anteriormente, no que diz respeito às atividades características do turismo, onde pode-se observar que quando analisada a natureza das atividades econômicas compreendidas nos grandes grupos, observa-se uma maior diversidade na definição das atividades entre os estudos. Conforme pode ser observado, a metodologia para definição das ACT's do estudo de Economia do Turismo, realizado pelo IBGE, apresenta uma visão ampliada das atividades.

Quadro 3: Comparativo da definição das atividades características do turismo por estudo

Código CNAE 2.0	Denominação	Economia do Turismo (IBGE)	Sistema informações sobre o mercado de trabalho (IPEA)	Rede de Difusão (Nicolau et al.)	Diagnóstico e Potencial Turístico em Vitória (Brasil et al.)
TRANSPORTE TERRESTRE					
49.12-4	Transporte metroferroviário de passageiros			X	X
49.22-1	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional	X	X	X	X
49.23-0	Transporte rodoviário de táxi		X	X	X
49.29-9	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	X	X	X	X
49.50-7	Trens turísticos, teleféricos e similares	X	X	X	X
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO					
50.11-4	Transporte marítimo de cabotagem	X	X		
50.12-2	Transporte marítimo de longo curso	X	X		X
50.22-0	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares	X	X	X	X
50.91-2	Transporte por navegação de travessia		X	X	X
50.99-8	Transportes aquaviários não especificados anteriormente	X	X	X	X
TRANSPORTE AÉREO					
51.11-1	Transporte aéreo de passageiros regular	X	X	X	X
51.12-9	Transporte aéreo de passageiros não-regular	X	X	X	X
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES					
52.22-2	Terminais rodoviários e ferroviários	X			
52.40-1	Atividades auxiliares dos transportes aéreos	X			
ALOJAMENTO					
55.10-8	Hotéis e similares	X	X	X	X
55.90-6	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	X	X	X	X
ALIMENTAÇÃO					

56.11-2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	X	X	X	X
56.12-1	Serviços ambulantes de alimentação	X	X	X	X
56.20-1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada				X
ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA					
59.14-6	Atividades de exibição cinematográfica	X			
ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS					
77.11-0	Locação de automóveis sem condutor	X	X	X	X
77.19-5	Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor				
77.21-7	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos			X	X
AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS					
79.11-2	Agências de viagens	X	X	X	X
79.12-1	Operadores turísticos	X	X	X	X
79.90-2	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	X	X	X	X
82.30-0	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos			X	
ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS					
90.01-9	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	X	X	X	X
90.02-7	Criação artística	X		X	X
90.03-5	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	X		X	X
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL					
91.01-5	Atividades de bibliotecas e arquivos	X			
91.02-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	X	X		X
91.03-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	X	X	X	X
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS					
92.00-3	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	X	X	X	X

ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER					
93.11-5	Gestão de instalações de esportes	X			X
93.12-3	Clubes sociais, esportivos e similares	X			
93.13-1	Atividades de condicionamento físico				
93.19-1	Atividades esportivas não especificadas anteriormente	X	X	X	X
93.21-2	Parques de diversão e parques temáticos	X	X	X	X
93.29-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	X	X	X	X
COMÉRCIO VAREJISTA					
47.89-0	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos				X
47.89-0	Comércio varejista de objetos de arte				X

Fonte: Elaboração própria

A partir da identificação das principais classificações existentes e das recomendações da OMT, foi possível construir uma metodologia para definir e delimitar a Economia do turismo para o Espírito Santo. Na definição dessas atividades, o presente estudo avaliou a natureza das atividades para composição estrutural-metodológica da pesquisa, levando em conta os seguintes critérios: (i) as características específicas da economia capixaba, (ii) sua importância na estrutura produtiva, (iii) os produtos contemplados nessa atividade serem turísticos na realidade do Estado e, (iv) a presença de ações no rol de políticas públicas da Secretaria de Estado de Turismo.

Dessa avaliação, realizada pelo IJSN junto ao corpo técnico de especialistas da SETUR, não foi considerada necessária a inclusão de nenhuma nova atividade, entendendo que todas atividades relacionadas ao turismo já estão no escopo das classificações existentes.

Em oposição, foi determinado que 7 atividades, dentre as levantadas nas classificações existentes, fossem suprimidas no contexto das ACT's do Espírito Santo, tendo em vista os critérios apresentados anteriormente, são elas: Transporte marítimo de cabotagem, Transporte marítimo de longo curso, Atividades auxiliares de transporte aéreo, Clubes sociais, esportivos e similares, Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas, Atividades de bibliotecas e arquivos e Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente (Quadro 4).

Quadro 4: Justificativa das atividades suprimidas na metodologia do IJSN

Atividade	Justificativa
Atividades auxiliares dos transportes aéreos	A natureza dessa atividade envolve produtos que não são representativos no contexto do turismo capixaba. Além disso, a atividade é considerada apenas no estudo realizado pelo IBGE, podendo causar distorções tendo em vista a análise regional.
Transporte marítimo: de cabotagem e transporte marítimo	Apesar de ser considerada no nível nacional, tanto pelo IBGE quanto pelo IPEA, devido a especificidade da estrutura produtiva local que tem essas atividades voltadas exclusivamente para transporte de cargas, não tendo nenhuma relação com o turismo.
Transporte marítimo de longo curso	Apesar de ser considerada no nível nacional, tanto pelo IBGE quanto pelo IPEA, devido a especificidade da estrutura produtiva local que tem essas atividades voltadas exclusivamente para transporte de cargas, não tendo nenhuma relação com o turismo.
Clubes sociais, esportivos e similares	A atividade de clubes sociais e esportivos, alocados no Espírito Santo, está voltada aos residentes, em eventos de voleibol, natação, golfe, tiro etc., e, portanto, a natureza dessa atividade envolve produtos que não são representativos no contexto do turismo capixaba.
Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	A atividade de gestão desses espaços, tais como a dos Clubes sociais, esportivos e similares, não foi mantida, já que os espaços são em sua maioria geridos e voltados diretamente aos residentes.
Atividades de bibliotecas e arquivos	A natureza dessa atividade envolve produtos que não são representativos no contexto do turismo capixaba.
Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	O uso da atividade acontece apenas em uma das definições existentes e acredita-se que o Comércio, por ser o segundo grande setor que mais emprega no estado, poderia superestimar os indicadores da atividade turística no estado, levando à uma subestimação das outras atividades;

Fonte: Elaboração própria.

Assim, o Quadro 5 apresenta a relação de atividades selecionadas como características do turismo no Espírito Santo e seus respectivos códigos CNAE utilizados.

Quadro 5: Atividades Características do Turismo no Espírito Santo

Grupo	Código CNAE	Descrição da Atividade
Alojamento	55.10-8	Hotéis e similares
	55.90-6	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente
Alimentação	56.11-2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
	56.12-1	Serviços ambulantes de alimentação
	56.20-1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada
Agências e organizadoras de viagens	79.11-2	Agências de viagens
	79.12-1	Operadores turísticos
	79.90-2	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
Transporte terrestre	49.12-4	Transporte metroferroviário de passageiros
	49.22-1	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional
	49.23-0	Transporte rodoviário de táxi
	49.29-9	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente
	49.50-7	Trens turísticos, teleféricos e similares
	52.22-2	Terminais rodoviários e ferroviários
Transporte aquaviário	50.22-0	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares
	50.91-2	Transporte por navegação de travessia
	50.99-8	Transportes aquaviários não especificados anteriormente
Transporte aéreo	51.11-1	Transporte aéreo de passageiros regular
	51.12-9	Transporte aéreo de passageiros não-regular
Atividades recreativas, culturais e desportivas	77.21-7	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
	90.01-9	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares
	90.02-7	Criação artística
	91.02-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares
	91.03-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
	92.00-3	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas
	93.19-1	Atividades esportivas não especificadas anteriormente
	93.21-2	Parques de diversão e parques temáticos
	93.29-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
	59.14-6	Atividades de exibição cinematográfica
Atividades Turística diversas	77.11-0	Locação de automóveis sem condutor
	82.30-0	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos

Fonte: Elaboração própria

4. DIMENSIONAMENTO E ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO DAS ACT's

4.1. Fontes de informações

Definidas as atividades características do turismo para a realidade capixaba, o estudo buscou fontes estatísticas secundárias que sejam adequadas para a mensuração da Economia Turismo e para levantar as informações pertinentes ao acompanhamento contínuo desse setor.

Os indicadores de conjuntura constituem-se como ferramentas essenciais para o acompanhamento da evolução das atividades econômicas, de modo que seus resultados sirvam como subsídios para a tomada de decisão do setor privado, subsidiando, da mesma forma, o setor governamental para a implementação de políticas públicas setoriais (IBGE, 2015).

Assim, definiu-se como premissas básicas para a utilização dos dados no dimensionamento e no acompanhamento do setor, as seguintes características:

- (i) Fontes secundárias;
- (ii) Fontes oficiais
- (iii) Classificados por atividade econômica;
- (iv) Contínuos na sua divulgação;
- (v) Periodicidade compatível com análise conjuntural

As principais fontes de informação sobre as Atividades Características do Turismo encontradas e que atendem as premissas definidas anteriormente foram: a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), ambas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponibilizados pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (ME).

Cabe, ainda, citar outra fonte de informação relacionada ao turismo e de importância para os estudos do setor, o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) que, tal como os dados do CAGED, são disponibilizados pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (ME). Apesar de não ser utilizado diretamente no acompanhamento contínuo das informações, essa base será apresentada a seguir, uma vez que em alguma medida ela será indiretamente utilizada na confecção de algumas estimativas, sendo o ponto de partida para o dimensionamento da contribuição do turismo para a economia capixaba.

Para apresentação das fontes de informações utilizadas nessa pesquisa utilizou-se como referência bibliográfica: para a PMS, os documentos IBGE (2015) e IBGE (2018); para a PNADC o texto IBGE (2014); para o CAGED e RAIS a referência MTE (2000).

▪ PMS

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) tem como objetivo produzir indicadores que permitam o acompanhamento da evolução conjuntural do setor de serviços empresariais não-financeiros e de seus principais segmentos.

Dentre os indicadores disponibilizados pela pesquisa, a investigação da PMS permite o acompanhamento sistemático das atividades turísticas por meio do Indicador de Atividade Turística (IATUR).

O IATUR é um indicador agregado construído através do agrupamento das seguintes atividades: - Alojamento e alimentação; - Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer; - Locação de automóveis sem condutor; - Agências de viagens e operadoras turísticas; - Transportes turísticos; - Transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; - Trens turísticos, teleféricos e similares; - Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; - Outros transportes aquaviários e; - Transporte aéreo de passageiros.

No recorte de atividade econômica, os dados do IATUR agrupam os códigos da CNAE, conforme Quadro 6. Dessa tabela, observa-se que o IATUR, não considera todas as atividades presentes no estudo do IBGE de Economia do Turismo, sendo esse indicador mais restrito, em termos de ACT's, do que o utilizado para os demais produtos relacionados ao turismo do próprio IBGE.

Quadro 6: Atividades agrupadas para criação do IATUR

Código CNAE	Descrição
5510.8, 5590.6 5611.2, 5612.1, 5620.1	Serviços de alojamento e alimentação
9001_9, 9002_7, 9102_3, 9103_1, 9200_3, 9319_1, 9321_2, 9329_8, 5914_6	Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer
7711_0, 7721_7	Locação de automóveis sem condutor
7911_2, 7912_1, 7990_2, 8230_0	Agências de viagens e operadoras turísticas
4912-4, 4922_1, 4923_0, 4929_9, 4950_7, 5022_0, 5091_2, 5099_8, 5111_1, 5112_9, 5222_2	Transportes turísticos

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2015)

Em termos geográficos, o IATUR disponibiliza índices para o Brasil e para as 12 Unidades da Federação, a saber: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal.

No que diz respeito à temporalidade do indicador, os dados são divulgados mensalmente e a série do IATUR teve início em janeiro de 2012, porém, começou a ser divulgada a partir de 2014.

As variáveis investigadas para o IATUR são: a receita das atividades turísticas e o volume de serviços das atividades turísticas. A receita investigada pode ser definida como a receita proveniente das atividades de prestação de serviços, sem dedução de impostos e contribuições incidentes, abatimentos e descontos incondicionais. Não estão incluídas as receitas financeiras e não-operacionais. O volume, por sua vez, é estimado como resultado da deflação dos valores nominais correntes por índices de preços específicos para cada grupo de atividade e para cada Unidade da Federação, construídos a partir dos relativos de preços do IPCA.

As variáveis pesquisadas são divulgadas por meio de índices de receita nominal e de volume, não sendo divulgados os valores dessas variáveis. São divulgados cinco tipos de índices, sem a desagregação por atividades:

- ✓ Índice de base fixa: compara os níveis nominais e de volume da receita bruta de serviços do mês com a média mensal obtida no ano de 2014.
- ✓ Índice mês/igual mês do ano anterior: compara os índices nominais e de volume da Receita bruta de serviços do mês com os obtidos em igual mês do ano anterior.
- ✓ Índice mês/mês anterior: compara os índices nominais e de volume da receita bruta de Serviços do mês com os obtidos no mês anterior, ajustados sazonalmente.
- ✓ Índice acumulado no ano: compara os índices acumulados nominais da receita bruta de serviços de janeiro até o mês do índice com os de igual período do ano anterior;
- ✓ Índice acumulado de 12 meses: compara os índices acumulados nominais da receita bruta de serviços dos últimos 12 meses com os de igual período imediatamente anterior.

Por fim, cabe destacar que, para a comparação com o trimestre imediatamente anterior, a série de índice do IATUR é ajustada sazonalmente, pelo IBGE, considerando como fatores sazonais o efeito calendário, os feriados de Carnaval, Páscoa e Corpus Christi além da identificação de outliers.

▪ PNADC

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), elaborada e divulgada pelo IBGE, tem por objetivo a produção de indicadores que possibilitem o acompanhamento das flutuações de curto e médio prazo do mercado de trabalho e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País (IBGE, 2014).

A pesquisa tem como unidade de investigação o domicílio e é realizada por meio de uma amostra probabilística. O plano amostral adotado na PNADC é conglomerado em dois estágios de seleção com estratificação das unidades primárias de amostragem (UPAs). Cada domicílio selecionado para a pesquisa é visitado cinco vezes, durante cinco trimestres consecutivos. A cada trimestre, a PNADC investiga em torno de 211.000 domicílios em aproximadamente 16.000 setores censitários (IBGE, 2014).

Dentro desse escopo, a pesquisa produz indicadores sobre trabalho e rendimento. Essas informações são captadas em dois questionários:

- (i) Reduzido: que se restringe às informações sobre o trabalho que gera rendimentos para o domicílio;
- (ii) Ampliado: que abrange informações sobre outras formas de trabalho, cuja produção não é voltada para o mercado, além das presentes no questionário reduzido.

Com base no questionário reduzido, a PNADC produz as informações trimestrais sobre trabalho e rendimento. Já com base no questionário ampliado, os indicadores produzidos têm a

temporalidade anual². O levantamento das características de trabalho e rendimento é feito levando em consideração as pessoas de 14 anos ou mais de idade, que são aquelas consideradas pela pesquisa como em idade de trabalhar.

No contexto da investigação de trabalho e rendimento, dois indicadores se destacam no escopo desse estudo: o de pessoas ocupadas e o rendimento habitual do trabalho.

Por pessoas ocupadas, a pesquisa considera aquelas pessoas que, no período de referência da pesquisa, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios ou sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou as pessoas com trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas, tais como as afastadas por motivo de férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais, bem como as afastadas por período inferior a 4 meses, seja em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada, por afastamento sem remuneração por instituto de previdência, em greve ou paralisação. Além disso, também, foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a 4 meses.

O rendimento, por sua vez, refere-se aos montantes recebidos pelos trabalhadores, expresso por uma única rubrica ou por várias (salário, vencimento, gratificação, ajuda de custo, ressarcimento, salário-família, anuênio, quinquênio, bonificação, horas extras, quebra de caixa, benefícios pagos em dinheiro etc.), em termos brutos, isto é, sem excluir os pagamentos efetuados por meio administrativo, tais como: contribuição para instituto de previdência, imposto de renda, pensão alimentícia, contribuição sindical, previdência privada, seguro e plano de saúde, descontos por faltas e atrasos etc.

A abrangência geográfica da pesquisa é todo o território nacional e pode ser decomposto geograficamente por Unidade da Federação, Região Metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento e as Capitais dos Estados.

A PNADC, diferentemente das pesquisas econômicas, adota a CNAE domiciliar para a classificação das atividades econômicas investigadas, uma versão da CNAE que, apesar de seguir a mesma metodologia da CNAE convencional, se apresenta mais agregada.

Além disso, a investigação de atividade econômica da PNADC leva em conta apenas o trabalho principal, que pode ser o único trabalho da pessoa na semana de referência ou, para aquelas pessoas que possuem mais de um trabalho, é aquele em que a pessoa trabalhava normalmente maior número de horas semanais. Em caso de igualdade no critério de horas, utiliza-se os seguintes critérios, nessa ordem: maior rendimento e mais tempo de permanência.

Alguns recortes estão disponíveis na pesquisa, dentre eles, as informações das características das pessoas, tais como sexo, idade e escolaridade, bem como as características do trabalho,

² Além dessas temporalidades, a PNADC divulga, a partir dos dados trimestrais e apenas para o Brasil, dados mensais para um conjunto restrito de indicadores, que não compreende pessoas ocupadas.

como a posição na ocupação, que divide as pessoas ocupadas em empregado (Empregado do setor privado, empregado do setor público, trabalhador doméstico e militares), Conta própria, Empregador e Trabalhador familiar auxiliar; e a categoria do emprego, que divide os empregados em Com carteira de trabalho assinada, Militares e funcionários públicos estatutários e Sem carteira de trabalho assinada.

Por empregado, a PNADC considera aquela pessoa que trabalhava para um empregador, seja pessoa física ou jurídica, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração.

Já o trabalhador conta-própria refere-se, no âmbito da pesquisa, aquela pessoa que trabalhava, sozinha ou com sócio, explorando o seu próprio empreendimento. Esse trabalhador não conta com empregado, mas pode contar, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar.

O empregador, por sua vez, é aquela pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, e contava com pelo menos um empregado.

O trabalhador familiar auxiliar se refere à pessoa que trabalhava em ajuda a membro da unidade domiciliar, sem receber pagamento, durante pelo menos uma hora na semana de referência. A ajuda pode ser ao membro conta-própria, empregador ou empregado.

Por fim, cabe destacar que por se tratar de uma pesquisa amostral, os resultados advindos da PNADC devem ser utilizados com cautela, principalmente, para as atividades e regiões menos expressivas. Isso porque o tamanho da amostra utilizada para a construção das estimativas pode ser insuficiente do ponto de vista estatístico.

▪ CAGED

Regido pela Lei nº 4923/65, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) constitui-se num registro administrativo permanente de admissões, desligamentos e transferências de empregados regidos pela CLT.

Esse instrumento foi criado como ferramenta de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores, e tem dentre os seus objetivos estatísticos gerar estatísticas conjunturais e fornecer informações sobre o mercado de trabalho formal (MTE, 2000). Assim, o CAGED permite mapear e acompanhar a movimentação do mercado de empregados celetistas.

No entanto, o CAGED não compreende as informações de todos os tipos de trabalho formal. Diferentemente dos dados da RAIS, que serão apresentado a seguir, os dados do CAGED fornecem informações apenas para as relações de emprego regidas pela Consolidação das Leis trabalhistas (CLT), sendo obrigado a declarar as informações apenas o empregador que tenha empregado cujo contrato de trabalho seja regido pela CLT e que tenha tido movimentação no mês.

A natureza dos dados é de registros administrativos e, portanto, possuem caráter quase censitário. A cobertura varia de acordo com a área geográfica, com a média situando em torno de 85% do universo de empregados celetistas.

As principais variáveis investigadas nesse registro referem-se à movimentação dos empregados celetistas, apresentando a flutuação de emprego, com as informações de admitidos, desligados e saldo da movimentação, tal como conceituado abaixo:

- (i) Por admitidos entende-se toda entrada de trabalhador no estabelecimento, qualquer que seja sua origem ou motivo.
- (ii) Os desligados, por sua vez, compreendem toda saída de pessoa cuja relação de emprego com o estabelecimento cessou por qualquer motivo (demissão, aposentadoria, morte), seja por iniciativa do empregador ou do empregado.
- (iii) O saldo representa a movimentação dos empregados celetistas e é medido pela diferença entre o número de pessoas admitidas e o número de pessoas desligadas.

Além dessas informações, outros dados podem ser dimensionados, como a taxa de rotatividade e o índice de emprego.

Os dados administrativos do CAGED possibilitam diversos recortes, permitindo a obtenção das informações de admitidos e desligados sobre os atributos dos empregados, bem como sobrea respeito das características do estabelecimento e dos motivos de admissão e desligamento.

Como qualquer estatística, vale a pena ressaltar que o uso dos registros administrativos para acompanhamento da movimentação dos empregos possui suas limitações. Dentre as principais limitações, destaca-se a omissão, a entrega fora do prazo e o erro nas declarações. Assim, recomenda-se cautela na utilização dessas informações, principalmente no nível municipal em que essas limitações podem gerar uma grande distorção.

▪ RAIS

O Relatório Anual de Informações Sociais é um Registro Administrativo, de periodicidade anual, que fornece informações do acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal. Criada para fins estatísticos e administrativos, a RAIS registra uma grande quantidade de informação sobre o mercado de trabalho formal.

Diferentemente do CAGED, que fornece informações apenas da relação de emprego regida pela CLT, na RAIS, além do empregado celetista, também é fornecido informações sobre as relações de empregos em órgãos da administração direta e indireta, dos governos federal, estadual e municipal, em empresas individuais e entre pessoas físicas cujo empregador seja rural.

Cabe destacar, que por trabalhador celetista entende-se, tal como apontado pela pesquisa, aquele cuja relação de emprego é regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), seja o empregador do setor público, seja o empregador do setor privado.

As informações da RAIS abrangem todo o território nacional e podem ser desagregadas até o nível municipal. Em termos de recorte setorial, a RAIS divulga suas informações por meio da CNAE versão 2.0, desagregadas em todos os níveis hierárquicos da classificação.

As principais variáveis investigadas são a quantidade de vínculos empregatícios, o número de estabelecimentos e o rendimento, todos relativos a 31 de dezembro de cada ano, que são conceituadas da seguinte forma:

- O vínculo empregatício mede as relações de emprego, estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado. O número de empregos em determinado período de referência

corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. Ressalta-se que o número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

- Os estabelecimentos referem-se às unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços distintos.
- Os rendimentos representam a remuneração média, em reais ou salário mínimo, no período vigente do ano-base, da força de trabalho empregada. Para efeito estatístico, não são consideradas as remunerações referentes ao 13º salário.

Por fim, destaca-se que tendo em vista que o objetivo do estudo é o acompanhamento contínuo das informações, e devido a RAIS trazer informações com uma frequência relativamente menor que as demais bases de dado, não dando a possibilidade do acompanhamento conjuntural, optou-se por manter nas ferramentas de acompanhamento contínuo do turismo apenas as informações relacionadas ao mercado de trabalho formal do CAGED, uma vez que os dados são mensais e possibilitam uma análise conjuntural do setor.

Porém, para se estimar o número de empregos existente, ou reconstituir o estoque de vínculos no mercado de trabalho formal, os dados de estoque de vínculos da última RAIS é necessário. Assim, essa base de dados pode ser utilizada indiretamente, a fim de conhecer o número de empregados ao longo do ano. A reconstituição do estoque pode ser feita da seguinte forma: o estoque de emprego em 31 de dezembro da RAIS mais recente é atualizado mediante a movimentação do CAGED ao longo do ano.

Quadro 7 apresenta um resumo descritivo dessas bases de dados, tendo em vista essas características.

Quadro 7: Resumo descritivo das bases de dados

Base de dados	Periodicidade	Abrangência	Desagregação
CAGED	Mensal	Municipal	Por subclasse CNAE
RAIS	Anual	Municipal	Por subclasse CNAE
PNADC	Mensal, para um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil; trimestral, para indicadores relacionados à força de trabalho; anual, para os demais temas permanentes da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho; e variável, para outros temas ou tópicos dos temas permanentes a serem pesquisados com maior periodicidade ou ocasionalmente.	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia), Municípios das Capitais e Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.	Por classe CNAE domiciliar
PMS	Mensal	Brasil e Unidades da Federação. Índice das Atividades Turísticas (IATUR): divulgado para 12 UF's selecionadas: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal.	O IATUR é um indicador agregado por subclasse da CNAE

Fonte: Elaboração própria

4.2. Compatibilização dos bancos de dados

Com base na apresentação das bases de dados disponíveis e de suas principais características, feita na seção anterior, verifica-se a necessidade de compatibilização para o uso dessas bases de maneira conjunta.

A primeira compatibilização necessária refere-se à temporalidade dos dados. As fontes de informações disponíveis são divulgadas mensalmente para os dados do IATUR e do CAGED e trimestralmente para os dados da PNADC. Dessa forma, optou-se por trimestralizar as informações para os dados do IATUR e do CAGED. Assim, as ferramentas de acompanhamento contínuo serão divulgadas trimestralmente pelo IJSN, sempre após a divulgação da última informação disponibilizada.

Outra compatibilização necessária refere-se as atividades econômicas consideradas como turísticas no Espírito Santo. Conforme citado anteriormente, a Classificação Nacional de

Atividades Econômicas (CNAE) é a estrutura utilizada pelo Sistema Estatístico Nacional na grande maioria de análises conjunturais e econômicas. A instrumentalização e padronização da CNAE fica à cargo da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, gerido pelo IBGE.

O IATUR, conforme mencionado anteriormente, apesar de usar a CNAE versão 2.0 como unidade de análise, é um indicador agregado e, como tal, não é possível alterar o grupo de análise das atividades características do turismo que compõem esse setor. Porém, entende-se que o acompanhamento desse indicador traz informações conjunturais relevantes acerca da atividade turística e que a não consideração desse indicador no acompanhamento contínuo do setor, aqui proposto traria perdas aos usuários e interessados no acompanhamento do turismo, mesmo que as atividades características do turismo acompanhadas não seja exatamente a definida para a realidade do Espírito Santo. Dessa forma, considera-se como atividade característica do turismo, ou apenas atividade turística, aquelas definidas pelo IBGE no contexto da PMS.

Já a PNADC, que é uma pesquisa amostral domiciliar, utiliza como unidade de análise setorial a CNAE domiciliar, que apesar de seguir a mesma metodologia da CNAE convencional, se apresenta mais agregada. Logo, algumas classes da CNAE-Domiciliar se relacionam com classes da CNAE 2.0 não identificadas como uma atividade característica do turismo no Espírito Santo.

Para os dados do CAGED, como eles são divulgados para as atividades econômicas conforme a CNAE versão 2.0, nenhuma compatibilização é necessária, uma vez que se pode utilizar exatamente a definição de ACT's para a realidade do Espírito Santo.

O Quadro 8 mostra a compatibilização das pesquisas no âmbito das atividades características do turismo, com a lista de CNAE's utilizadas em cada base de dados.

Quadro 8: Compatibilização das atividades características do turismo por fonte de informação

IATUR	PNADC	CAGED
4922_1, 4950_7, 5022_0, 5091_2, 5099_8, 5111_1, 5112_9, 5510_8, 5590_6, 5611_2, 5612_1, 5620_1, 7711_0, 7911_2, 7912_1, 7990_2, 9001_9, 9002_7, 9003_5, 9200_3, 9321_2, 9329_8	49010, 49030, 49090, 50000, 51000, 52020, 55000, 56011, 56012, 90000, 91000, 92000, 93011, 93020, 59000, 77020, 79000, 82003	4912-4, 4922_1, 4923_0, 4929_9, 4950_7, 5022_0, 5091_2, 5099_8, 5111_1, 5112_9, 5222_2, 5510_8, 5590_6, 5611_2, 5612_1, 5620_1, 9001_9, 9002_7, 9102_3, 9103_1, 9200_3, 9319_1, 9321_2, 9329_8, 5914_6, 7711_0, 7721_7, 7911_2, 7912_1, 7990_2, 8230_0

Fonte: Elaboração própria

4.3. Indicadores selecionados

Após a compatibilização das bases de dados utilizadas na pesquisa delimitou-se os indicadores que serão utilizados nas ferramentas de acompanhamento contínuo dos dados. Com os

indicadores selecionados, pretende-se delinear a importância do turismo na economia do Espírito Santo, bem como acompanhar o desenvolvimento desta atividade.

No entanto, antes de propriamente apresentar os indicadores relacionados, algumas particularidades dos indicadores aqui propostos devem ser destacadas, principalmente, no que diz respeito a relação dos indicadores com sua unidade de medida, a atividade econômica. A classificação das atividades econômicas impõe algumas singularidades aos indicadores estimados.

Os indicadores selecionados, conforme mencionado anteriormente, referem-se exclusivamente as atividades econômicas cuja atividade principal é própria de uma atividade característica do turismo. Dessa maneira, no levantamento dos indicadores segundo as ACT's, as informações apresentadas mostram exclusivamente a dinâmica dessas atividades, não abordando a produção secundária de produtos característicos do turismo obtida por outras atividades econômicas.

De modo oposto, com a necessidade de compatibilização das bases de dados, tendo em vista as diferentes classificações CNAE contempladas nas pesquisas, existem também atividades econômicas que pouco ou nada têm a ver com o turismo propriamente dito, com os indicadores selecionados capturando e expressando, dessa maneira, a dinâmica de atividades que não tenham relação com o turismo. Esse é o caso, por exemplo, das estimativas dos indicadores relacionados as pessoas ocupadas da PNADC. Tal como pode ser observado no quadro de compatibilização, os setores de transporte da pesquisa, por exemplo, têm grande parte de seus resultados associados ao transporte de carga, uma vez que a classificação da CNAE domiciliar não permite a separação dessas informações.

Outro importante ponto de destaque, ainda relacionado às ACT's, diz respeito ao fato de que os indicadores selecionados não fazem uso do coeficiente de demanda turística, como os propostos nos estudos do IPEA, que indica a parcela da produção consumida pelos turistas ou visitantes, de modo que os indicadores não contemplam apenas a proporção da produção que efetivamente foi consumida pelo turista, mas sim abrangendo os bens e serviços consumidos tanto pelos residentes quanto pelos turistas.

Acredita-se, no entanto, que mesmo diante dessas características, os indicadores aqui selecionados apresentam-se como aproximações plausíveis para o acompanhamento do turismo no estado, devido a própria natureza dos indicadores. Tal como ressaltado pelo IBGE (2003), os indicadores são informações parciais que não têm por objetivo substituir a mensuração precisa e claramente definida de um determinado conceito ou fenômeno, mas que se apresentam como aproximações que, espera-se, sejam relativamente adequadas à medição que se pretende realizar.

O boletim conjuntural será elaborado de maneira mais objetiva, com um menor número de indicadores, que será complementado pelos dados disponíveis no painel de dados interativo. De qualquer forma, a seguir apresentam-se os indicadores selecionados.

Os indicadores estão separados com base no tema ao qual a fonte de informação está associada. Serão dispostos na ferramenta de acompanhamento contínuo do turismo três temas de interesse:

- (i) Atividade turística: apresenta os dados do IATUR, que demonstram o desempenho das ACT's em termos de receita nominal e de volume de serviços turísticos;
- (ii) Pessoal ocupado: contempla os dados da PNADC e apresenta dimensionamento e o comportamento do trabalho e rendimento das ACT's;
- (iii) Emprego celetista: exhibe os dados do CAGED e revela a movimentação do emprego no mercado de trabalho formal.

O Quadro 9 apresenta um resumo dos indicadores selecionados em cada tema:

Quadro 9: Resumo dos Indicadores selecionados

Tema	Indicador
Atividade Turística	Índice de receita nominal da atividade turística
	Índice de volume da atividade turística
Pessoas Ocupadas	Quantidade de pessoas ocupadas;
	Participação percentual das pessoas ocupadas nas ACT's em relação ao total;
	Participação percentual das pessoas ocupadas por posição na ocupação
	Taxa de informalidade;
	Rendimento médio
	Massa de rendimento
	Participação da massa de rendimento mensal do trabalho principal na massa total
Emprego Celetista	Quantidade de pessoas admitidas
	Quantidade de pessoas desligadas
	Quantidade de saldo da movimentação de empregos
	Estoque estimado

Fonte: Elaboração própria

No contexto da atividade turística, os indicadores de volume e receita têm por parâmetros de acompanhamento a evolução comparada trimestralmente da receita e do volume da atividade turísticos e a avaliação do desempenho é feita com base em 4 tipos de variação percentual (%):

- ✓ Contra o trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal
- ✓ Contra o mesmo trimestre do ano anterior
- ✓ Acumulada no ano
- ✓ Acumulada nos últimos 4 trimestres

No âmbito do tema pessoas ocupadas, os indicadores de trabalho e rendimento possuem diferentes tipos de medida para acompanhamento e que tem como parâmetros de avaliação o dimensionamento do tamanho das ACT's em relação ao total, avaliação tanto do trabalho formal quanto do informal e comparação da evolução do trabalho e rendimento.

No que diz respeito aos indicadores de trabalho, a quantidade de pessoas ocupadas mede o número daquelas pessoas que trabalhavam na semana de referência da pesquisa. A participação percentual das pessoas ocupadas mede o tamanho relativo das pessoas ocupadas nas ACT's em

relação ao total de pessoas ocupadas na economia. Já a participação das pessoas ocupadas por posição na ocupação distribui os trabalhadores segundo a sua posição na ocupação como empregado, empregador, conta-própria e trabalhador familiar auxiliar. A taxa de informalidade, por sua vez, mede a participação das pessoas ocupadas em trabalhos informais em relação ao total de pessoas ocupadas. Por trabalho informal, entende-se a pessoa ocupada na semana de referência, que trabalha sem carteira de trabalho assinada ou que não contribui para algum tipo de previdência.

Em relação aos indicadores de rendimento, o rendimento médio mensura a média dos rendimentos reais habitualmente recebidos pelas pessoas ocupadas (com rendimento) em seu trabalho principal. O rendimento habitualmente recebido, consiste no rendimento bruto nominal médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana de referência. A massa de rendimento calcula a soma dos rendimentos reais habitualmente recebidos de todas as pessoas ocupadas no trabalho principal que tinham na semana de referência. A participação da massa de rendimento, por sua vez, mede o tamanho relativo da massa de rendimento do trabalho gerada nas ACT's em relação ao total da massa de rendimento na economia.

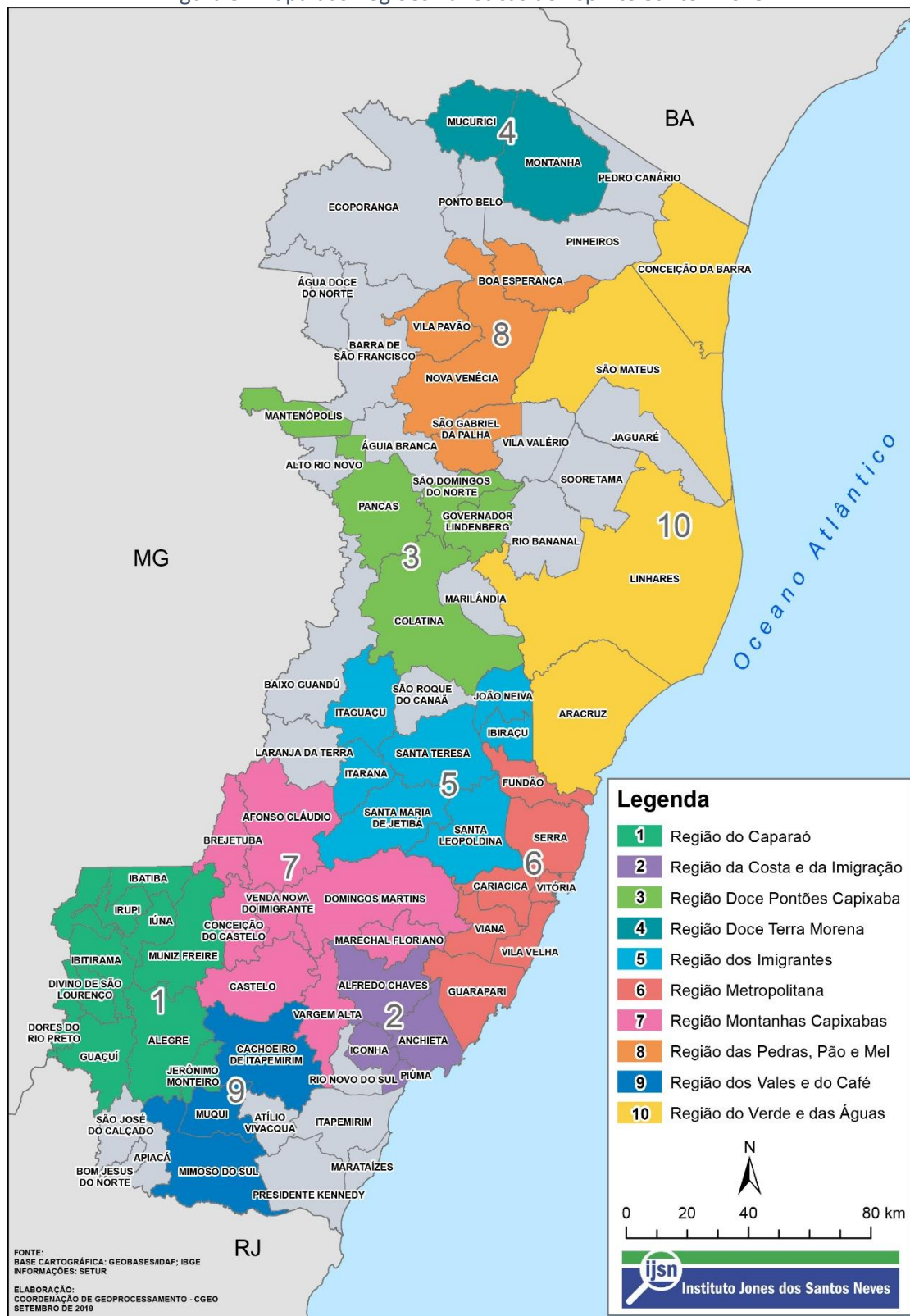
Por fim, no campo do emprego celetista, os indicadores de admitidos, demitidos e o saldo de movimentação e o estoque estimado do emprego celetista tem por parâmetros de acompanhamento a evolução comparada da movimentação do emprego formal. Cabe lembrar que os dados do CAGED levantam apenas informações relativas ao emprego formal celetista, deixando de lado uma grande parte de ocupações do turismo relacionados a informalidade. O estoque do emprego estimado, conforme mencionado anteriormente, estima a quantidade de empregados celetistas partindo do estoque de vínculos da última RAIS divulgada, acumulando as movimentações do CAGED.

Os indicadores selecionados poderão ser apresentados seguindo alguns recortes específicos, principalmente associados: - ao turismo e demais setores; - aos segmentos do turismo; - a distribuição geográfica; - e as características das pessoas, por sexo, idade e escolaridade.

No caso do recorte por segmentos, tendo em vista a restrição dos dados amostrais da PNADC e da melhor apresentação e visualização dos dados, optou-se por agregar as atividades características do turismo, em 5 segmentos para apresentação dos dados, a saber: Alojamento, Alimentação, Transporte, Atividades culturais e desportivas e Outras atividades turísticas.

Em termos de distribuição geográfica, além dos dados por UF, no tema emprego celetista é possível fazer recortes por município, as informações também podem ser disponibilizadas com o recorte por região administrativa, compreendendo todos os municípios, e por região turística. O recorte por região turística, utiliza a divisão, elaborada pela SETUR, que divide o Espírito Santo em 10 regiões, conforme o mapa apresentado a seguir. Essa regionalização atende o escopo delimitado pela Portaria do Ministério do Turismo nº 313 de 2013 e atende aos critérios definidos na portaria do Ministério do Turismo nº 205 de 2015, tendo em vista que esse mapa é um instrumento de orientação para a atuação da SETUR no desenvolvimento das políticas públicas setoriais e locais, nos territórios nele identificados, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada.

Figura 3: Mapa das Regiões Turísticas do Espírito Santo - 2019



Fonte: Mapa das regiões turísticas 2019 – Secretaria de Estado do Turismo do Espírito Santo - SETUR

4.4. Operacionalização das ferramentas

Após a seleção dos indicadores, partiu-se para a extração dos dados e operacionalização dos procedimentos para a alimentação do boletim conjuntural e do painel de dados. Para tanto, em ambas as fases, utilizou-se o ambiente R, um software de domínio público, livre, que devido a sua linguagem em código (scripts), pode ser utilizado para a compilação das informações estatísticas, por meio da coleta, manipulação e análise de dados em geral.

Primeiramente, foram gerados os scripts com a padronização dos procedimentos para a coleta, o tratamento dos dados e a geração dos indicadores selecionados. A coleta de dados foi instrumentalizada a partir dos microdados para as informações proveniente da PNADC e do CAGED e da base de dados web do IBGE para as informações provenientes do IATUR. O tratamento dos dados envolveu a compatibilização das fontes de informação em termos temporais, com a trimestralização das informações mensais, e de definição das atividades características do turismo. A geração dos indicadores selecionados compreendeu o cálculo das estatísticas pretendidas.

Tais procedimentos deram origem ao banco de dados da Economia do Turismo no Espírito Santo. Com base nesses dados, criou-se o padrão ou molde do painel de indicadores interativo e do boletim conjuntural, definindo-se a maneira como as informações seriam apresentadas.

O boletim e painel foram divididos em três temas:

- (i) Atividade turística: que acompanha as informações de volume e receita da atividade turística com base nos dados da PMS.
- (ii) Pessoal ocupado: que acompanha as informações de pessoal ocupado nas atividades características do turismo com base na PNADC;
- (iii) Empregado celetista: acompanha as informações de movimentação de empregados formais celetistas nas atividades características do turismo com base no CAGED.

Em ambas as ferramentas, os dados serão disponibilizados temporalmente, considerando sempre 16 trimestres na série. O painel de indicadores foi criado com base no software Power BI que permite que os dados sejam visualizados interativamente.

O painel expande as informações presentes no boletim, sendo possível a comparação com outras unidades da federação, períodos e características pessoais e da ocupação. Além disso, em termos de região, além da divisão utilizada pela Secretaria de Turismo, também apresenta a regionalização administrativa dos municípios capixabas.

No painel de indicadores, a página inicial apresenta dados estruturais mais recentes da participação do turismo na economia capixaba em termos de valor adicionado, pessoal ocupado e emprego formal, bem como a apresentação e o modo de usar. No menu lateral, define-se o tema de interesse da pesquisa dentre os três apresentados anteriormente. Nas páginas de consulta dos indicadores, encontra-se os filtros que podem ser aplicados às informações na barra superior, com a seleção do local e período de interesse.

Elaboradas as matrizes do painel e do boletim, gerou-se os scripts com a padronização dos procedimentos para a atualização dos gráficos e tabelas do boletim conjuntural e dos elementos visuais do painel de indicadores.

Essa padronização dos procedimentos utilizados deixa parte do processo de confecção do boletim e do painel automáticas, o que torna possível a divulgação das informações com maior confiabilidade e de forma tempestiva.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção tem por objetivo contribuir para a compreensão da dimensão e da importância relativa do turismo na economia do Espírito Santo.

Essa análise servirá como ponto de partida para o acompanhamento contínuo e conjuntural do turismo no Espírito Santo. Por isso, além das fontes de informações que foram apresentadas anteriormente, serão utilizadas outras fontes, a fim de dimensionar e caracterizar melhor o turismo no Espírito Santo.

Esse é o caso dos dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), apresentado anteriormente na subseção do CAGED, que irá mensurar e caracterizar o mercado de trabalho formal do turismo no Espírito Santo. Além disso, também será calculado o valor adicionado bruto do turismo, informação estimada com base nos estudos internos do IJSN, na construção da Tabela de Usos e Recursos do Espírito Santo de 2015.

Assim, apresenta-se a seguir as estatísticas das atividades características do turismo no Espírito Santo, sua participação relativa na economia capixaba, sua evolução ao longo dos últimos anos por meio do comportamento da receita e do volume de serviços, e suas repercussões em termos de geração de trabalho e renda para o estado.

5.1. Valor Adicionado Bruto do Turismo

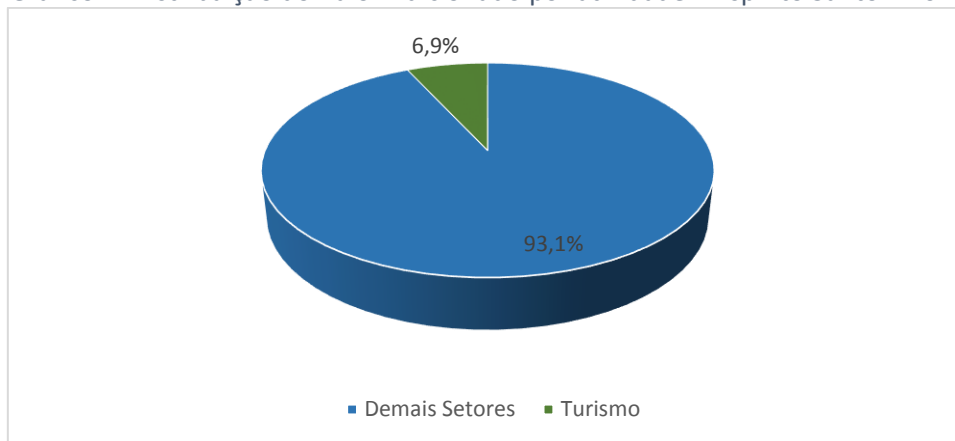
A importância do turismo na economia pode ser avaliada pela participação das atividades características do turismo no Valor Adicionado Bruto (VAB). Conforme ressaltado anteriormente, a estimativa do valor adicionado das ACT's foi realizada com base nos estudos internos do IJSN na construção da Tabela de Usos e Recursos (TRU) do Espírito Santo de 2015, que utiliza de diversas fontes de informação para a sua construção. Como este estudo está sendo conduzido com base em uma classificação específica para o sistema de contas nacionais, foi necessário compatibilizar a definição de atividade característica do turismo (CNAE 2.0) com essa classificação contemplada no sistema de contas nacionais. Assim, foi possível estimar o VAB das atividades características do turismo. No entanto, tal como nas compatibilizações necessárias anteriormente, a estimativa do VAB também está propensa às limitações dos indicadores citados na seção de indicadores selecionados, tal como a contemplação de atividades econômicas que pouco tem a ver com o turismo propriamente dito, uma vez que a classificação nem sempre permite desagregações ao nível mais próximo das ACT's.

Assim, a metodologia utilizada para obtenção do VA do turismo depreende da elaboração dos cálculos referentes às atividades características do turismo de análise da TRU, sendo que o interesse se concentra na definição das atividades definidas anteriormente e sua correspondência com a classificação utilizada no sistema de contas nacionais.

Calculado a partir da diferença entre o valor de produção das ACT's e o consumo intermediário absorvido por essas atividades, o valor adicionado mede o que a atividade agregou aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, representando assim a contribuição ao produto interno bruto da atividade turística.

O Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades características do turismo no Espírito Santo em 2015 foi estimado no valor de R\$6.944 milhões. Sua participação no total do valor adicionado total gerado no Estado foi de 6,9% (Gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição do Valor Adicionado por atividade – Espírito Santo – 2015



Fonte: Coordenação de estudos econômicos – IJSN.

No ano de 2015, as atividades características do turismo no Espírito Santo geraram um valor da produção de R\$13.286 milhões. Este valor representa 6,7% de tudo que foi produzido pela economia capixaba.

Em contrapartida, foi consumido intermediariamente pelas atividades características do turismo no seu processo produtivo o valor de R\$6.341 milhões, uma participação de 6,5% no total do consumo intermediário do Espírito Santo.

Tabela 1: Componentes do Valor Adicionado – Espírito Santo – 2015 (Milhões de R\$)

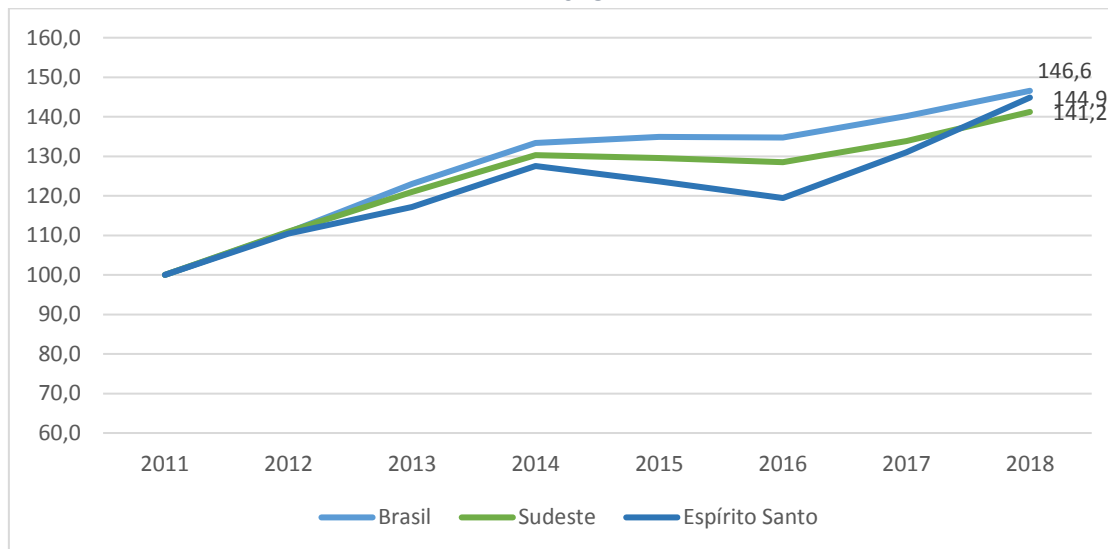
	Turismo	Total
Produção	13.286	198.274
Consumo Intermediário	6.341	97.788
Valor Adicionado	6.944	100.487

Fonte: Coordenação de estudos econômicos - IJSN

5.2. Desempenho da Atividade Turística no Espírito Santo

A receita da atividade turística, que compreende a receita proveniente das atividades de prestação de serviços, sem dedução de impostos e contribuições incidentes, abatimentos e descontos incondicionais, registrou, no Espírito Santo, crescimento em termos nominais de +44,9% de 2011 até 2018, ao passo que o Brasil acumulou crescimento de +46,6% nesse período. Assim, a média de crescimento no período 2011-2018 para o Brasil foi pouco superior à observada para o Espírito Santo. Enquanto o primeiro obteve média de crescimento da receita nominal de +5,6% ao ano, no Espírito Santo esse valor foi de +5,4% (Gráfico 2).

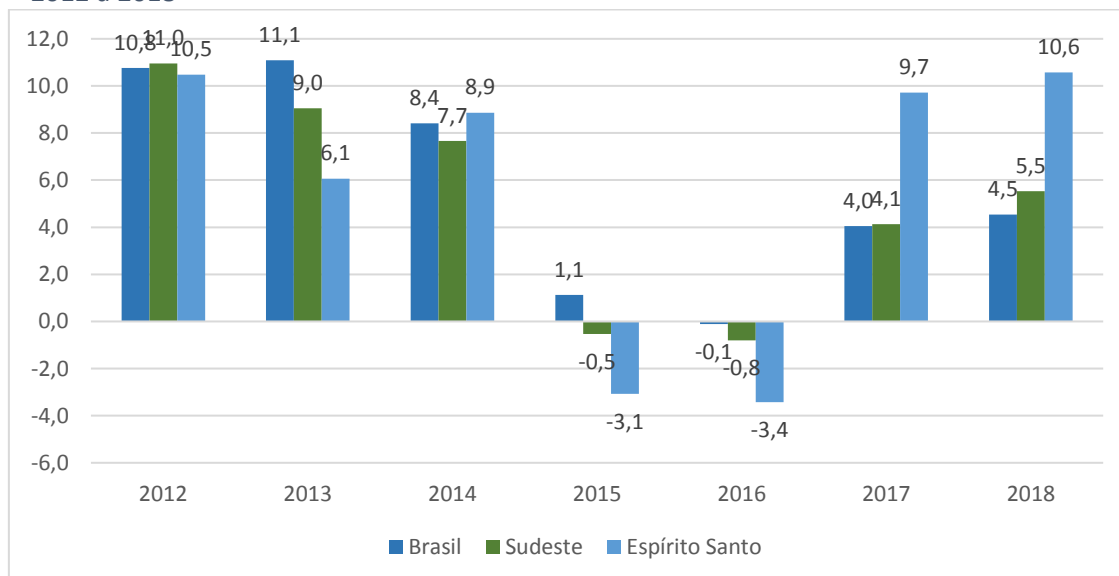
Gráfico 2: Índice da receita da atividade turística – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2011 a 2018



Fonte: Indicador de Atividade Turística – PMS - IBGE

Na comparação com o ano anterior, verifica-se que o Espírito Santo registrou crescimento expressivo em 2018, com acréscimo de +10,6% na receita nominal da atividade turística, com crescimento superior ao observado para o Brasil (+4,5%) e para o Sudeste (+5,5%). Ao longo da série, observa-se que, em termos de variação contra o ano anterior, após as quedas observadas em 2015 e 2016 em decorrência das condições econômicas desfavoráveis, a receita da atividade turística voltou a crescer em 2017 no Espírito Santo, bem como no Brasil e Sudeste (Gráfico 3).

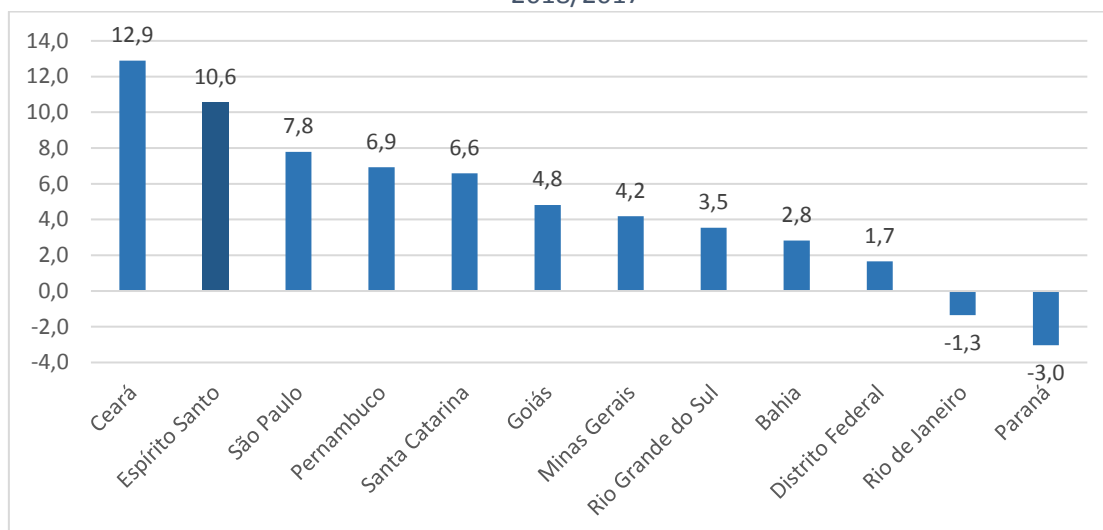
Gráfico 3: Variação (%) anual da receita da atividade turística – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2012 a 2018



Fonte: Indicador de Atividade Turística – PMS - IBGE

Em relação às demais unidades da federação avaliadas pela pesquisa, verifica-se que de 2017 para 2018 o crescimento no Espírito Santo (+10,6%), só foi menor que o observado no Ceará, que registrou crescimento de +12,9% na sua receita nominal da atividade turística (Gráfico 4).

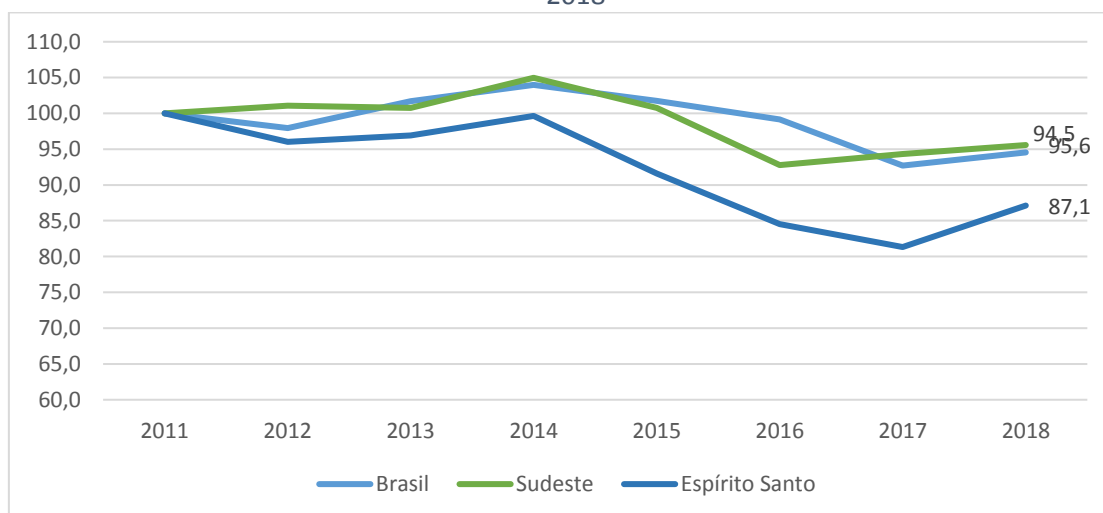
Gráfico 4: Variação (%) anual da receita da atividade turística – Unidades da Federação – 2018/2017



Fonte: Indicador de Atividade Turística – PMS - IBGE

O volume da atividade turística, por outro lado, ao descontar os efeitos dos preços sobre a receita nominal da atividade turística, acumulou decréscimo de -12,9% de 2011 a 2018, com uma média de variação anual negativa de -2,0%. A queda observada no volume da atividade turística do estado, também pode ser observada para o Brasil, que decresceu em média -0,8% ao ano no período 2011-2018 (Gráfico 5).

Gráfico 5: Índice do volume da atividade turística – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2011 a 2018

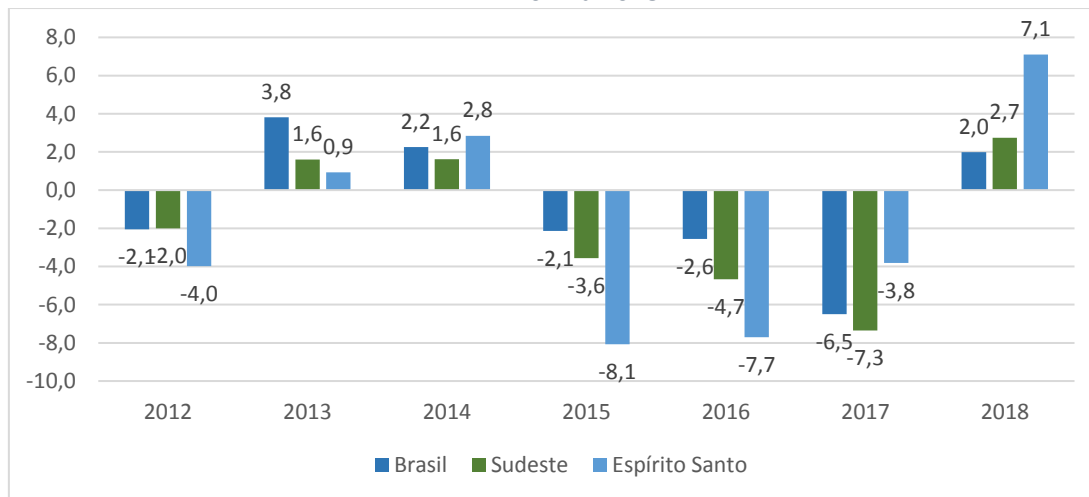


Fonte: Indicador de Atividade Turística – PMS - IBGE

Contudo, apesar da queda observada em relação a 2011, o volume da atividade turística registrou crescimento de +7,1% na comparação com 2017, após 3 anos de quedas consecutivas.

A média nacional e da região sudeste, da mesma forma, voltaram a registrar crescimento em comparação com 2017, de +2,0% e +2,7%, respectivamente (Gráfico 6).

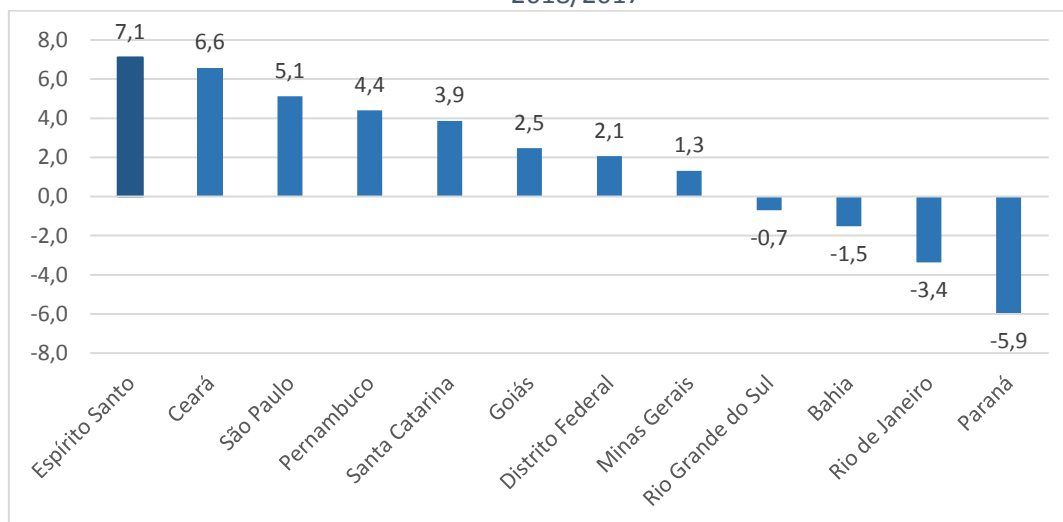
Gráfico 6: Variação (%) anual do volume da atividade turística – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2012 a 2018



Fonte: Indicador de Atividade Turística – PMS - IBGE

O crescimento no volume da atividade turística de 2017 para 2018 (+7,1%) foi o maior dentre as unidades da federação pesquisadas, acima inclusive do Ceará que registrou um maior crescimento da sua receita turística (Gráfico 7).

Gráfico 7: Variação (%) anual da receita da atividade turística – Unidades da Federação – 2018/2017



Fonte: Indicador de Atividade Turística – PMS - IBGE

5.3. Pessoas ocupadas no Turismo do Espírito Santo

No que concerne a aspectos metodológicos utilizados para o levantamento das estimativas de trabalho e rendimento da PNADC, deve-se destacar, que por se tratar de uma pesquisa amostral, a PNADC estabelece alguns limites à análise dos dados em decorrência da precisão das estimativas, sobretudo, no que diz respeito a recortes específicos, tais como por unidade da federação, atividades econômicas e características pessoais.

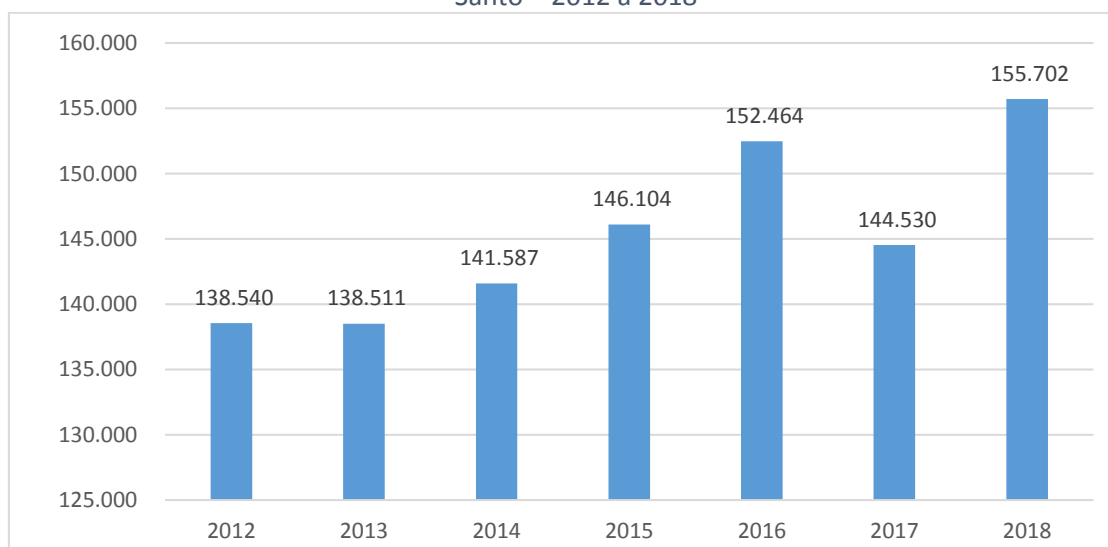
Assim, as estimativas, ora apresentadas, como trabalham com domínios populacionais menos expressivos, como é o caso das atividades características do turismo, no qual o tamanho da amostra é reduzido, podem ser prejudicadas pelos parâmetros com os quais as estimativas são preparadas.

Em virtude dessa restrição, recomenda-se cautela na utilização dos resultados, em especial, para aqueles domínios particularmente pequenos, como, por exemplo, a desagregação por segmentos turísticos, em que o pequeno tamanho da amostra afeta a estimativa e pode causar grande variabilidade nas estimativas na análise temporal.

Diante disso, optou-se aqui por efetuar poucos cruzamentos e recortes mínimos, bem como optou-se para apresentar os dados, apesar de estes serem divulgados na base trimestral, pela média anual dos 4 trimestres.

No Espírito Santo, o número de pessoas ocupadas nas atividades características do turismo totalizou 155,7 mil pessoas em 2018. Com exceção de 2017, o número de pessoas ocupadas na economia do turismo vem apresentando crescimento desde o início da série, em 2012, alcançando o maior valor da série em 2018. De 2012 a 2018, o número de pessoas ocupadas nas atividades características do turismo cresceu +12,4%, um crescimento médio de +2,1% ao ano (*Gráfico 8 e Gráfico 10*).

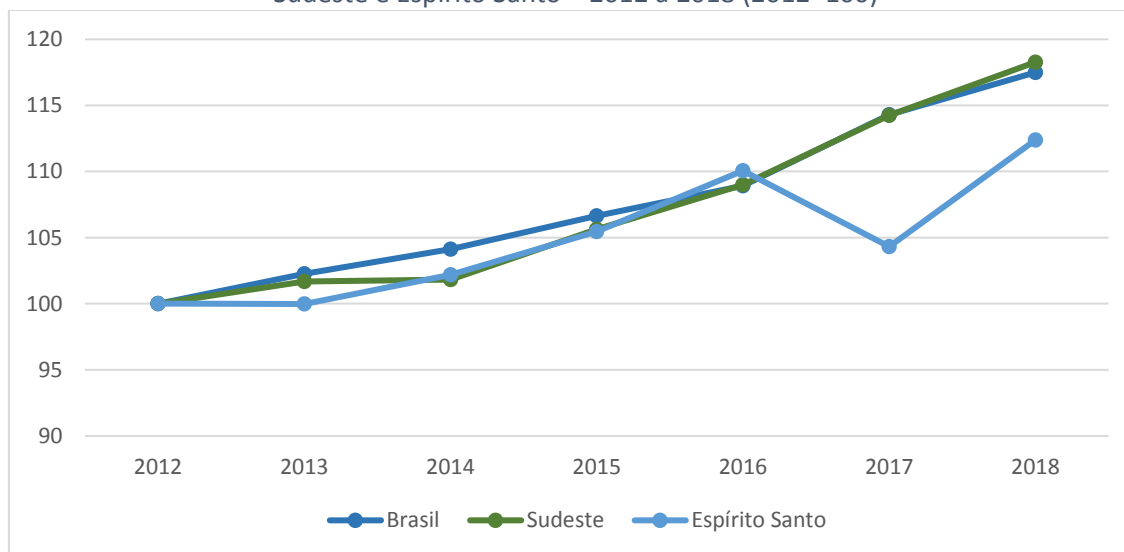
Gráfico 8: Número de pessoas ocupadas nas atividades características do turismo – Espírito Santo – 2012 a 2018



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

De 2012 a 2018, o número de pessoas ocupadas na economia do turismo cresceu +12,4% no estado, um crescimento médio de +2,0% ao ano. O Brasil, da mesma forma, registrou acréscimo no número de trabalhadores no período, variando positivamente +17,5%, um crescimento médio anual de +2,7% ao ano (Gráfico 9). O desempenho do turismo capixaba se mostrou compatível com o observado na média nacional e na média da região Sudeste, com exceção de 2017, quando o estado exibiu queda, acompanhando a queda das receitas das atividades turísticas que apresentou o seu menor valor (Gráfico 5).

Gráfico 9: Índice de pessoas ocupadas nas atividades características do turismo – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2012 a 2018 (2012=100)

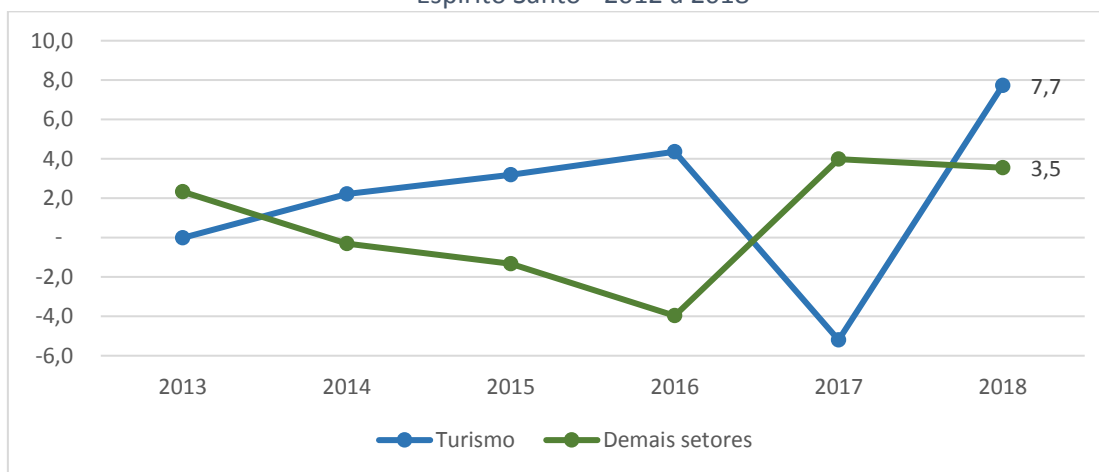


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

Comparado ao desempenho dos demais setores, observa-se que o número de pessoas ocupadas nas atividades características do turismo tem respondido de maneira oposta à dos demais setores. Com exceção de 2018, quando em ambas atividades há crescimento do pessoal ocupado, ao longo da série, verifica-se que a variação do número de pessoas ocupadas nas ACT's é inversamente proporcional à variação dos demais setores da economia (*Gráfico 10*).

Tal resultado parece estar atrelado às condições conjunturais dos demais setores, bem como às condições do mercado de trabalho. Isso indica que há uma maior facilidade de inserção ocupacional nessa atividade em tempos de condições desfavoráveis, o que pode ser relacionado ao caráter mais temporário e autônomo das ocupações do turismo, a sazonalidade do setor, que permite uma recolocação em uma ocupação, e a informalidade do setor. Em 2018, por outro lado, com a melhora nas condições econômicas e do mercado de trabalho, bem como a recuperação da atividade turística, ambos setores registraram crescimento do número de trabalhadores.

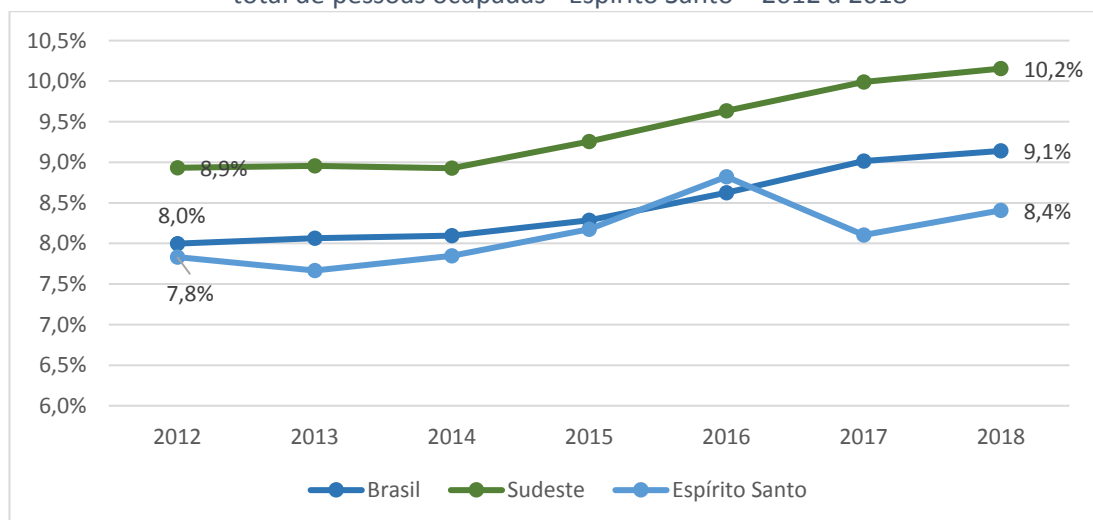
Gráfico 10: Evolução do número de pessoas ocupadas nas atividades características do turismo - Espírito Santo - 2012 a 2018



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

Os trabalhadores nas atividades características do turismo no Espírito Santo representavam 8,4% do total de pessoas ocupadas no estado em 2018. Ao longo dos últimos anos, a participação tem apresentado uma tendência de crescimento, com a participação do turismo girando em torno de 8%. Na série, destaca-se que em 2016 essa participação atingiu o seu maior valor, justamente quando o número de pessoas ocupadas nos demais setores atingiu o menor valor. Na comparação com o Brasil e o Sudeste, observa-se que a participação das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo é menor no Espírito Santo, sendo estimada em 10,2% para o Brasil e 9,1% para o Sudeste (Gráfico 11)

Gráfico 11: Participação (%) das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo no total de pessoas ocupadas - Espírito Santo – 2012 a 2018

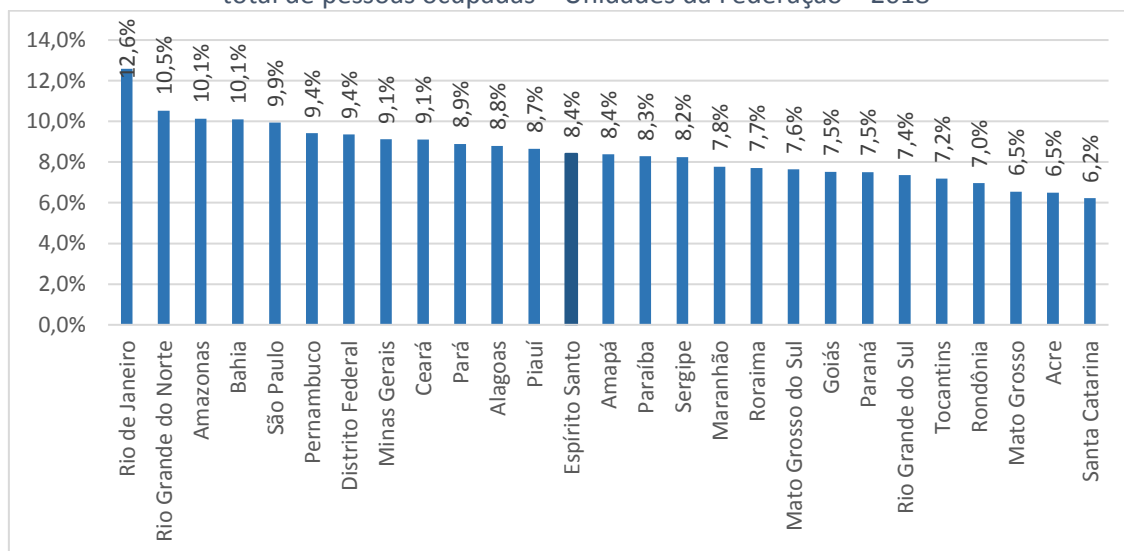


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

Na comparação com as demais Unidades da Federação, observa-se que o Espírito Santo aparece na 13ª posição dentre as maiores participações do turismo dentre as pessoas ocupadas. O

estado com maior participação do turismo é o Rio de Janeiro (12,6%), seguido por Rio Grande do Norte (10,5%). Os menores percentuais foram em Santa Catarina (6,2%) e Acre (6,5%) (Gráfico 12).

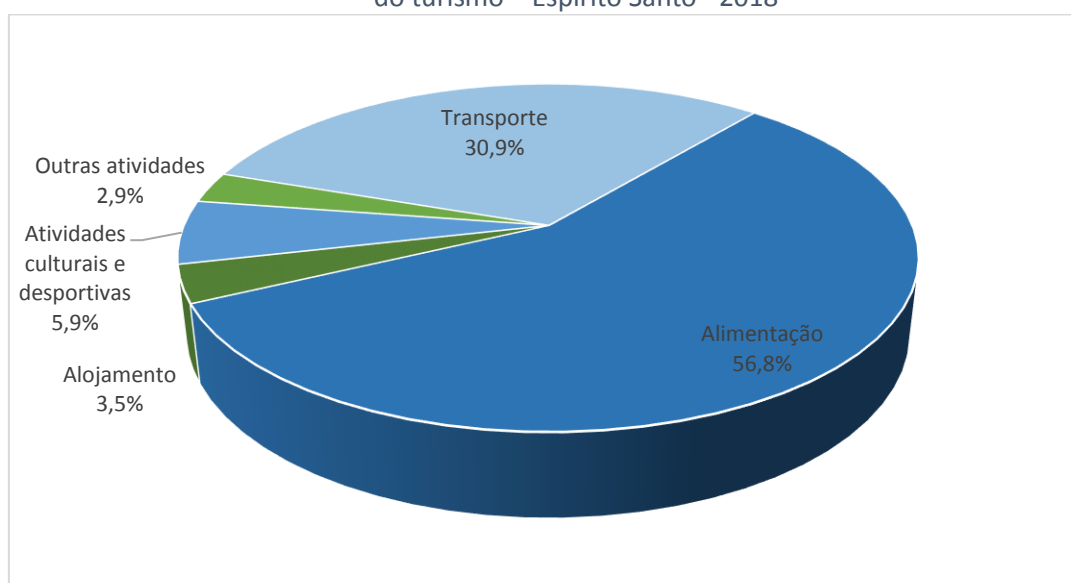
Gráfico 12: Participação (%) das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo no total de pessoas ocupadas – Unidades da Federação – 2018



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

O Gráfico 13 mostra a participação percentual dos segmentos na economia do turismo no Espírito Santo em 2018. Os segmentos com o maior número de ocupados nas atividades características do turismo é o de Alimentação, com 56,8% das pessoas ocupadas no turismo, e o Transporte, com 30,9%. As duas atividades juntas somam mais de 85% das pessoas trabalhando em atividades relacionadas ao turismo.

Gráfico 13: Participação (%) das pessoas ocupadas por segmento das atividades características do turismo – Espírito Santo - 2018



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

O crescimento do número de trabalhadores na economia do turismo de 2012 a 2018 foi puxado pelo segmento de Alimentação, que acumulou crescimento de +30,1% no período, um crescimento médio de +4,5% ao ano, crescendo tanto na comparação com 2017, quanto na comparação com o início da série. O segmento de Transporte, por outro lado, apesar de ter crescido no último ano, ainda não chegou aos níveis do início da série em 2012, após algumas quedas consecutivas. De 2012 a 2018, o Transporte registrou queda de -1,13%. O número de pessoas ocupadas no segmento Alojamento, por sua vez, apesar de exibir crescimento no início da série, começou a recuar a partir de 2016 e em 2018 após duas quedas consecutivas, acumulou queda de -19,73% de 2012 a 2018 (*Tabela 2*).

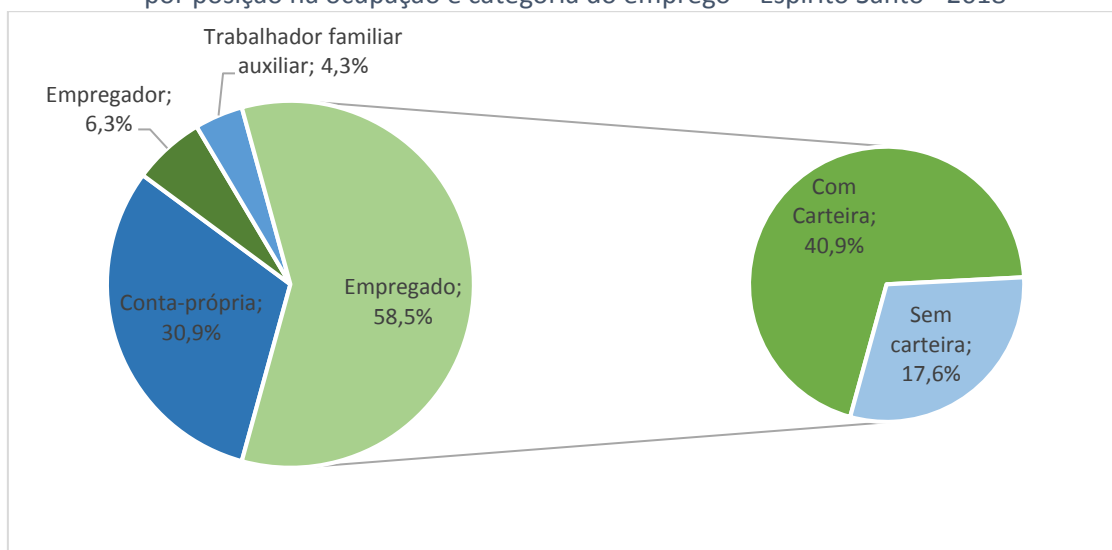
Tabela 2: Número de pessoas ocupadas por segmento das atividades características do turismo – Espírito Santo – 2012 a 2018

Segmentos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Alimentação	68.022	72.311	74.502	74.928	86.535	81.256	88.462
Alojamento	6.789	5.357	7.108	7.855	8.070	6.605	5.450
Atividades culturais e desportivas	9.281	9.934	9.585	10.540	9.140	10.633	9.243
Outras atividades	5.856	5.634	5.389	5.177	3.107	3.996	4.502
Transporte	48.594	45.276	45.003	47.605	45.613	42.041	48.045

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

O gráfico 14 mostra a distribuição das pessoas ocupadas na economia do turismo segundo a posição na ocupação do trabalhador. No tocante à posição na ocupação, nas atividades características do Espírito Santo em 2018, nota-se que a maior parte dos trabalhadores são empregados, isto é, estão em uma relação de emprego propriamente dita. Em seguida aparecem os trabalhadores por conta própria, com 30,9% das pessoas ocupadas, os empregadores (6,3%) e o trabalhador familiar auxiliar (4,3%). Concernente a categoria do emprego, para aqueles ocupados na economia do turismo capixaba, observa-se que 40,9% do total dos ocupados são empregados com carteira de trabalho, contra 17,6% empregados sem carteira de trabalho assinado.

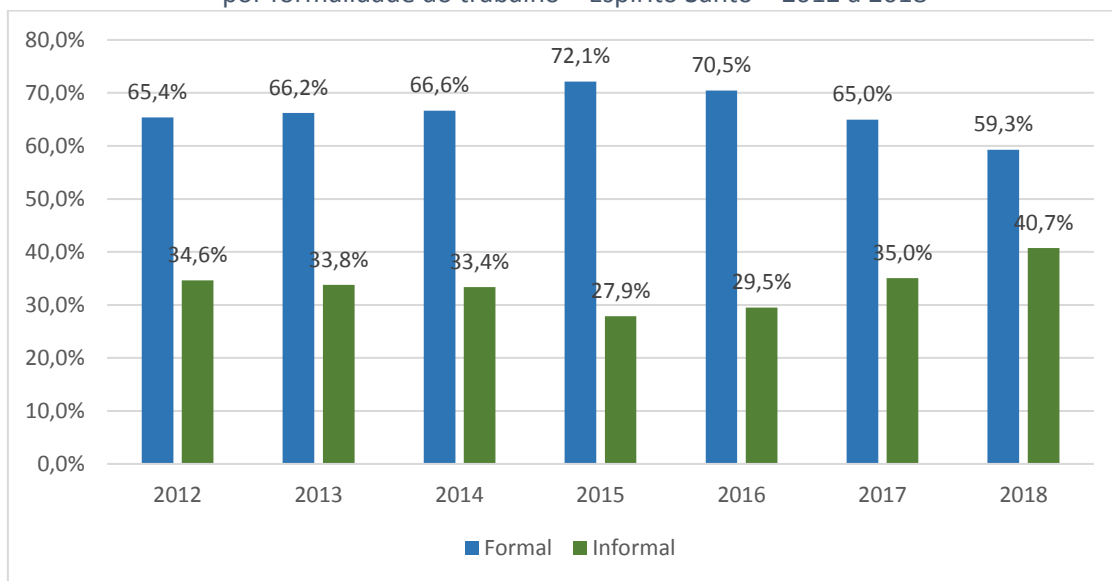
Gráfico 14: Participação (%) das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo por posição na ocupação e categoria do emprego – Espírito Santo - 2018



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

Já em relação à formalidade do trabalho, seja em uma relação de emprego, seja como conta-própria ou como empregador, observa-se que do total de trabalhadores no turismo no Espírito Santo em 2018, mais de 92 mil, ou seja, 59,3%, eram trabalhadores formais e, 63,4 mil eram trabalhadores informais, o equivalente a 40,7% do total. A taxa de informalidade nas atividades características do turismo no Espírito Santo vem registrando crescimento desde 2015, alcançando seu valor máximo em 2018. Tal resultado indica que apesar do crescimento das ocupações de 2017 para 2018, esse aumento está se dando em virtude principalmente de acréscimos nesses trabalhos no qual o trabalhador é mais vulnerável (Gráfico 15).

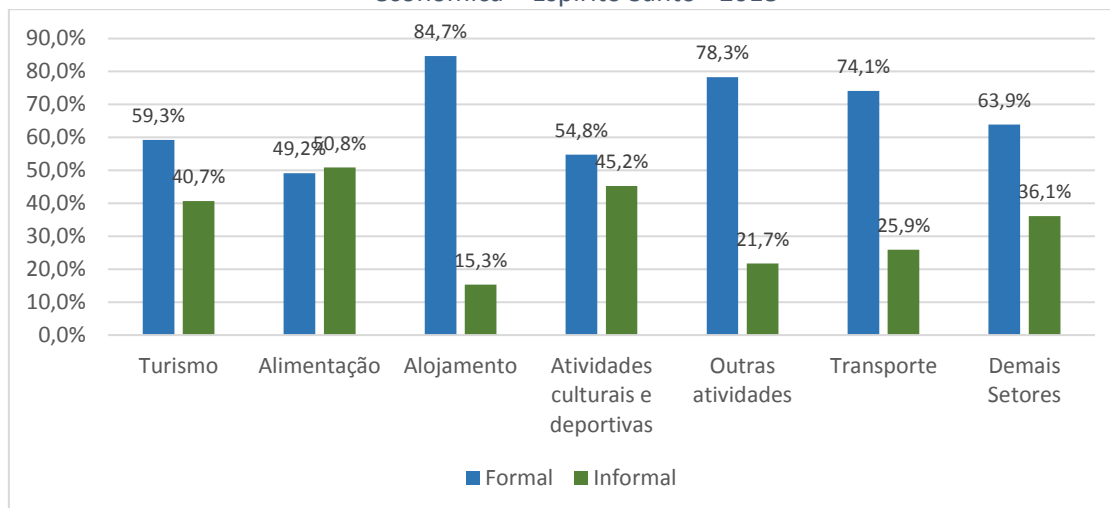
Gráfico 15: Participação (%) das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo por formalidade do trabalho – Espírito Santo – 2012 a 2018



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

Além disso, nota-se que as atividades características do turismo possuem uma taxa de informalidade do trabalho maior que a dos demais setores da economia. Essa informalidade maior no turismo é puxada, principalmente, pela informalidade dentre os trabalhadores do segmento de alimentação, que tem mais da metade de seus trabalhadores na informalidade (50,8%). Nos demais segmentos, observa-se que a formalidade é maior, sendo que o segmento de alojamento é o que possui a menor taxa de informalidade (15,3%) (Gráfico 16).

Gráfico 16: Participação (%) das pessoas ocupadas por formalidade do trabalho e atividade econômica – Espírito Santo - 2018



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

No que diz respeito às características pessoais dos trabalhadores das atividades características do turismo no Espírito Santo, em 2018, observa-se que a maioria dos trabalhadores é do sexo masculino (54,1%), tal qual acontece nos demais setores. No que diz respeito a faixa etária, apesar da maior parcela estar entre os adultos de 25 a 39 anos (39,7%), observa-se que o turismo tem proporcionalmente mais jovens de 18 a 24 anos (15,6%) e menos adultos de 40 a 59 anos (34,9%) do que nos demais setores, respectivamente, 11,4% e 40,5%. Em termos de escolaridade, a maior parcela dos trabalhadores das ACT's possui o ensino médio completo (41,4%), valor proporcionalmente maior que o verificado para os demais setores da economia. Destaca-se, ainda, que em relação aos mais escolarizados com ensino superior completo, no turismo esse valor (9,3%) é proporcionalmente menor que o observado nos demais setores da economia (18,7%) (Tabela 3).

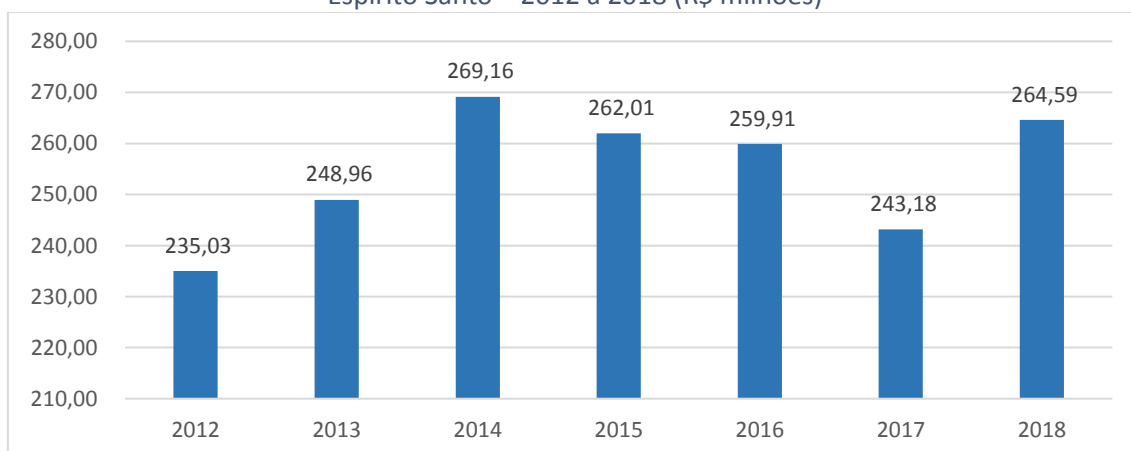
Tabela 3: Participação (%) das pessoas ocupadas nas atividades características do turismo e demais setores por sexo, faixa etária e grau de escolaridade – Espírito Santo – 2018

Características	Turismo	Demais setores
Sexo		
Feminino	45,9%	43,6%
Masculino	54,1%	56,4%
Faixa Etária		
14 a 17 Anos	1,9%	1,5%
18 a 24 Anos	15,6%	11,4%
25 a 39 Anos	39,7%	38,5%
40 a 59 Anos	34,9%	40,5%
60 Anos ou mais	7,9%	8,1%
Grau de Escolaridade		
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1,0%	1,6%
Fundamental Incompleto	22,2%	26,7%
Fundamental Completo	11,1%	8,5%
Médio Incompleto	9,1%	6,5%
Médio Completo	41,4%	32,1%
Superior Incompleto	5,9%	5,9%
Superior Completo	9,3%	18,7%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

A massa de rendimento gerada pelas atividades características do turismo no Espírito Santo, totalizou em 2018 o valor de R\$ 264,6 milhões. Conforme pode ser observado no gráfico 17, o comportamento da massa de rendimento real acompanhou, em grande parte da série, o desempenho do número de trabalhadores relacionados ao turismo, com exceção dos anos de 2015 e 2016, em que a massa de rendimento registrou queda, mesmo com o maior número de pessoas ocupadas.

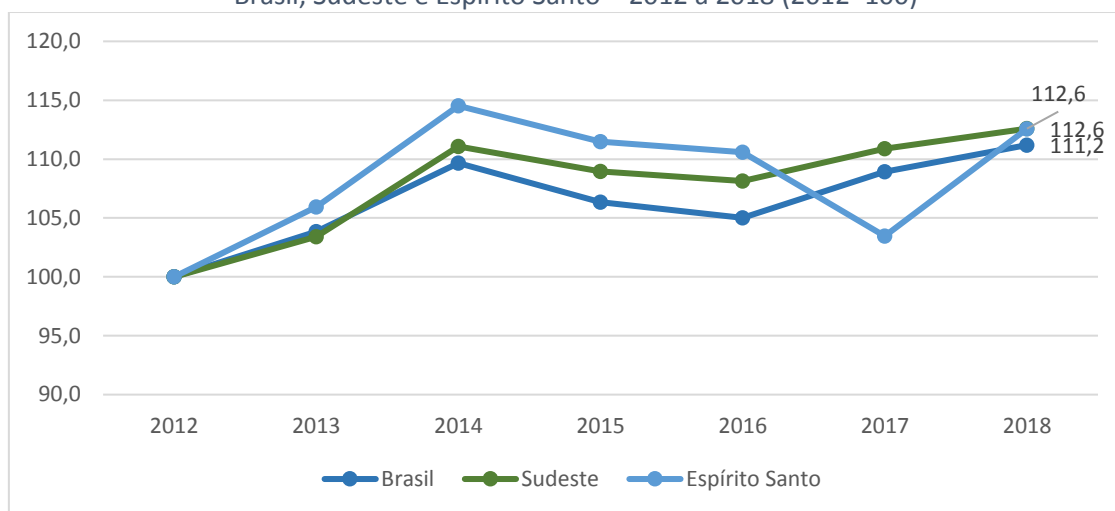
Gráfico 17: Massa de rendimento real habitual das atividades características do turismo – Espírito Santo – 2012 a 2018 (R\$ milhões)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

De 2012 a 2017, o estado acumulou crescimento de +12,6%, assim como o Sudeste, indicando um desempenho compatível com o observado na média nacional (+11,2%) e na média da região Sudeste (+12,6%). A única exceção fica por conta de 2017 em que o estado, diferentemente das demais unidades geográficas, exibiu queda em 2017, no mesmo ano em que o desempenho do índice das receitas da atividade turística apresentou o seu menor valor (Gráfico 5).

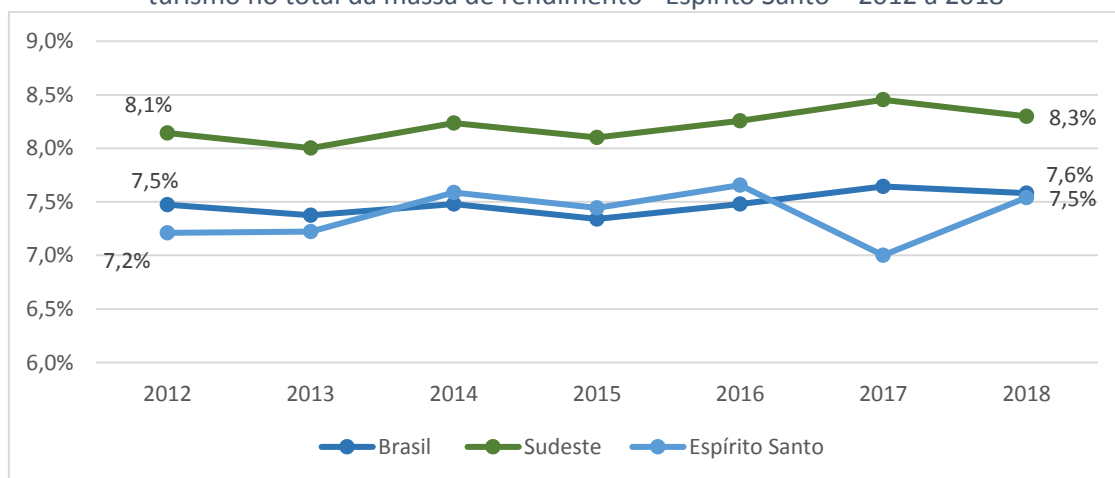
Gráfico 18: Índice da massa de rendimento real das atividades características do turismo – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2012 a 2018 (2012=100)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

A massa de rendimento nas atividades características do turismo no Espírito Santo, representava 7,5% do total em 2018, valor esse menor que o estimado para o Brasil (8,3%) e bem próximo ao do Sudeste (7,6%). O resultado da participação do turismo na massa de rendimento é menor que o de pessoas ocupadas no Espírito Santo, indicando uma menor importância do turismo do que na geração de renda em relação a geração de emprego formal. Ao longo dos últimos anos, a participação tem girado em torno de 7,4%, com destaque para 2016, quando essa participação atingiu o seu maior valor (7,7%) (Gráfico 19).

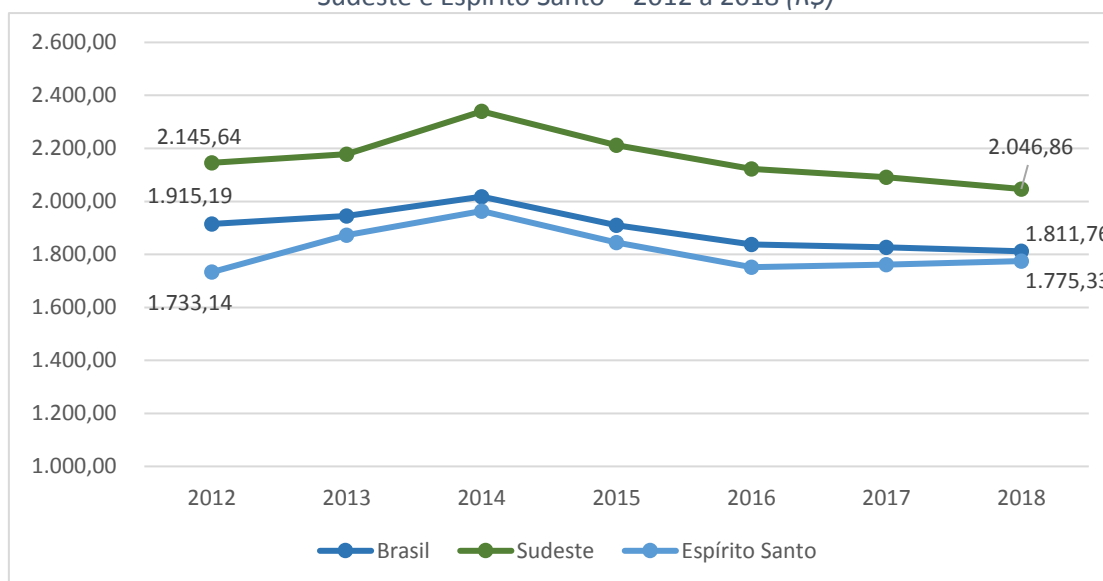
Gráfico 19: Participação (%) da massa de rendimento habitual das atividades características do turismo no total da massa de rendimento - Espírito Santo – 2012 a 2018



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

O rendimento médio habitual recebido pelos trabalhadores das atividades características do turismo no Espírito Santo, por sua vez, foi estimado em 2018 no valor de R\$ 1.775,33, valor esse inferior ao estimado para o Brasil (R\$ 1.811,76) e Sudeste (R\$ 2.046,86). O Gráfico 20, mostra a série do rendimento médio real do turismo, no qual se observa que, após o crescimento até 2014, o rendimento médio habitual das atividades turísticas registrou redução, permanecendo praticamente estável em 2017 e 2018. O desempenho do rendimento médio dos trabalhadores das atividades relacionadas ao turismo no Espírito Santo acompanhou o desempenho verificado na média nacional e na média da região Sudeste.

Gráfico 20: Rendimento médio real habitual das atividades características do turismo – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2012 a 2018 (R\$)

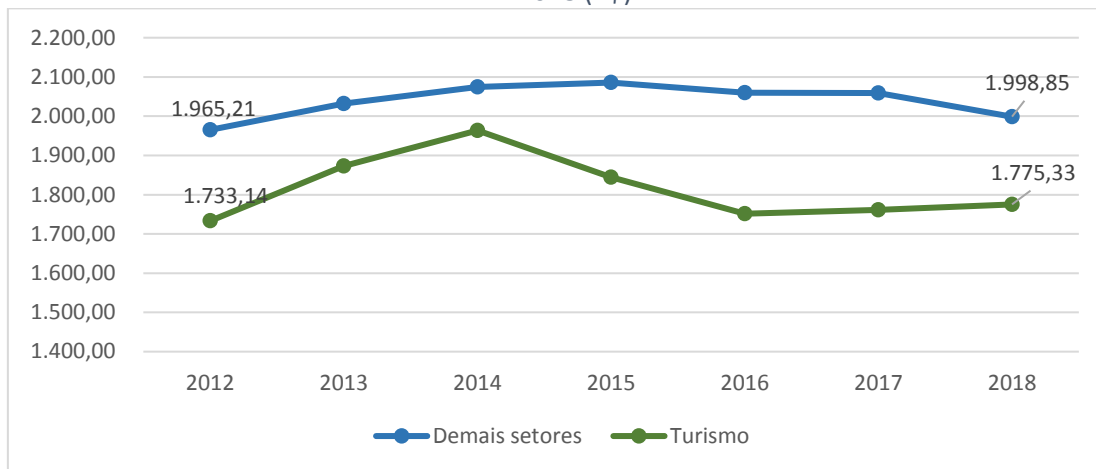


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

Nota: Exclusive os trabalhadores sem rendimento.

Na comparação com os demais setores da economia, constata-se que o rendimento médio do trabalhador capixaba nas atividades características do turismo, estimado em R\$ 1.775,33, é inferior ao estimado para os demais setores (R\$ 1.998,85), ao longo de toda a série apresentada no gráfico 21, com a menor diferença entre os dois setores observadas no ano de 2014, quando o rendimento médio atingiu seu maior valor e foi estimado em R\$ 1.963,63.

Gráfico 21: Rendimento médio real habitual por atividade econômica – Espírito Santo – 2012 a 2018 (R\$)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - IBGE

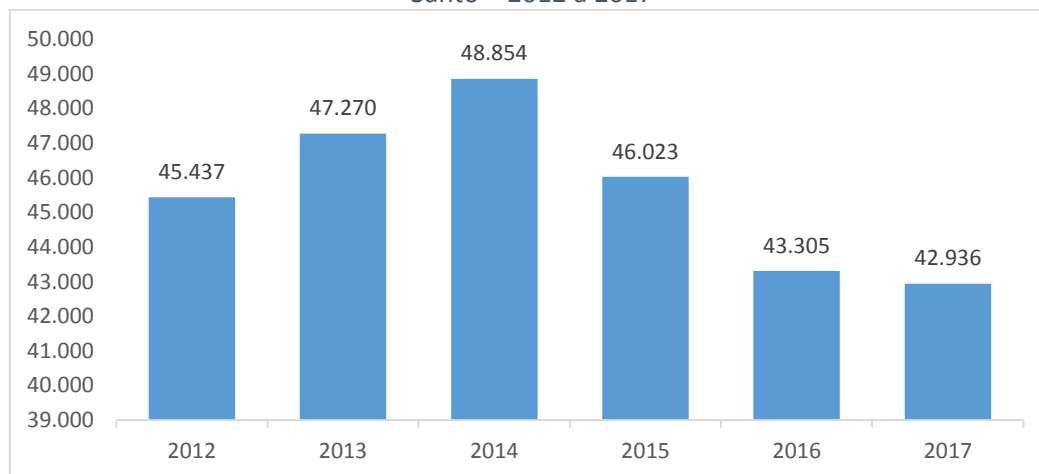
Nota: Exclusive os trabalhadores sem rendimento.

5.4. Emprego Formal do Turismo no Espírito Santo

Antes de apresentar os dados de emprego formal da RAIS, cabe destacar que as estatísticas dessa fonte de informações não são comparáveis às estimativas de formalidade da ocupação apresentadas na seção anterior, uma vez que o método de levantamento das informações é distinto (PNAD é uma pesquisa amostral, enquanto RAIS é registro administrativo), bem como os conceitos utilizados na mensuração se divergem.

No Espírito Santo, o número de trabalhadores formais empregados na economia do turismo somou 42.936 empregos em 2017. O número de empregados formais vem diminuindo gradativamente desde 2014, quando atingiu o maior valor da série apresentada, somando 48.854 vínculos (Gráfico 22).

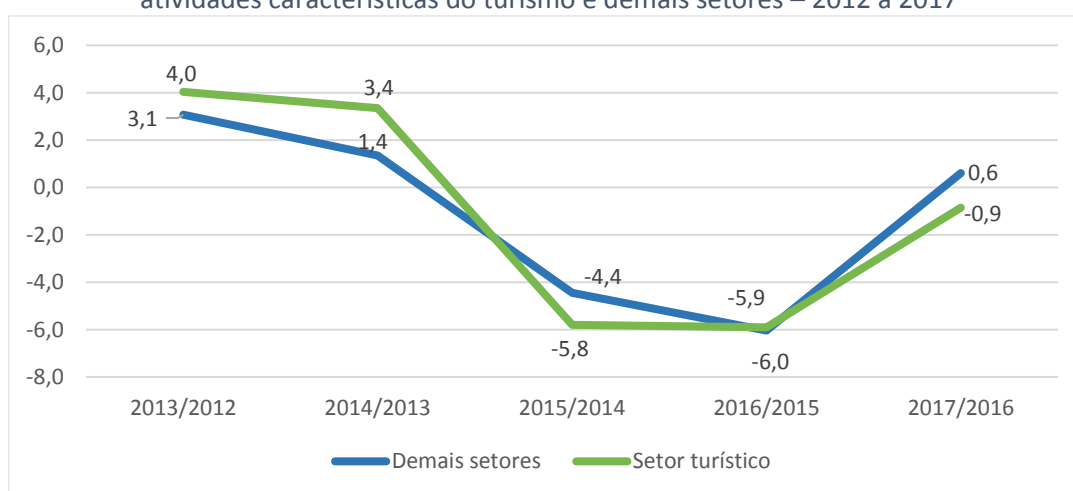
Gráfico 22: Estoque de empregos formais nas atividades características do turismo – Espírito Santo – 2012 a 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

O estoque de emprego formal nas atividades características do turismo no Espírito Santo retraiu -0,9% em 2017, ante ao ano anterior. Embora negativa, esta variação mostra uma tendência de desaceleração, tendo em vista as acentuadas quedas apresentadas pelo setor a partir de 2014. Por seu turno, os demais setores da economia capixaba demonstraram um comportamento similar ao do turismo, indicando que o número de empregos formais no estado vem apresentando resultados negativos, condizente com a situação econômica do estado que vem desde 2015 registrando decréscimo na atividade econômica, voltando a apresentar crescimento apenas a partir de 2017. Nesse sentido, o emprego formal no Espírito Santo, nos demais setores já começou a mostrar sinais de recuperação, crescendo +0,6% em 2017 frente a 2016 (Gráfico 23).

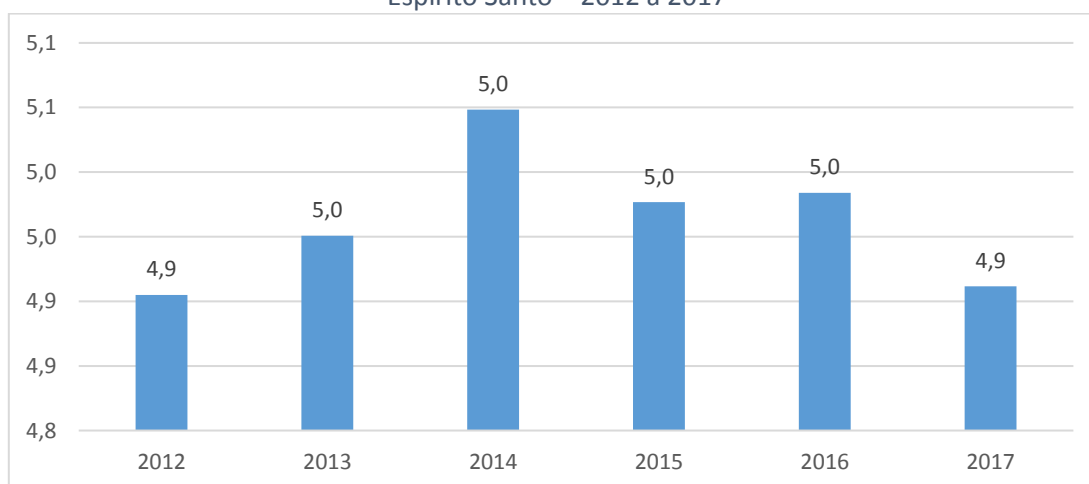
Gráfico 23: Evolução da variação do estoque de emprego formal no Espírito Santo nas atividades características do turismo e demais setores – 2012 a 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

O setor turístico no Espírito Santo respondeu por 4,9% do estoque de empregos formais, em 2017. Ao longo da série, a parcela do turismo no conjunto das atividades permaneceu praticamente estável, oscilando, ligeiramente, entre 4,9% e 5,0%. (Gráfico 24).

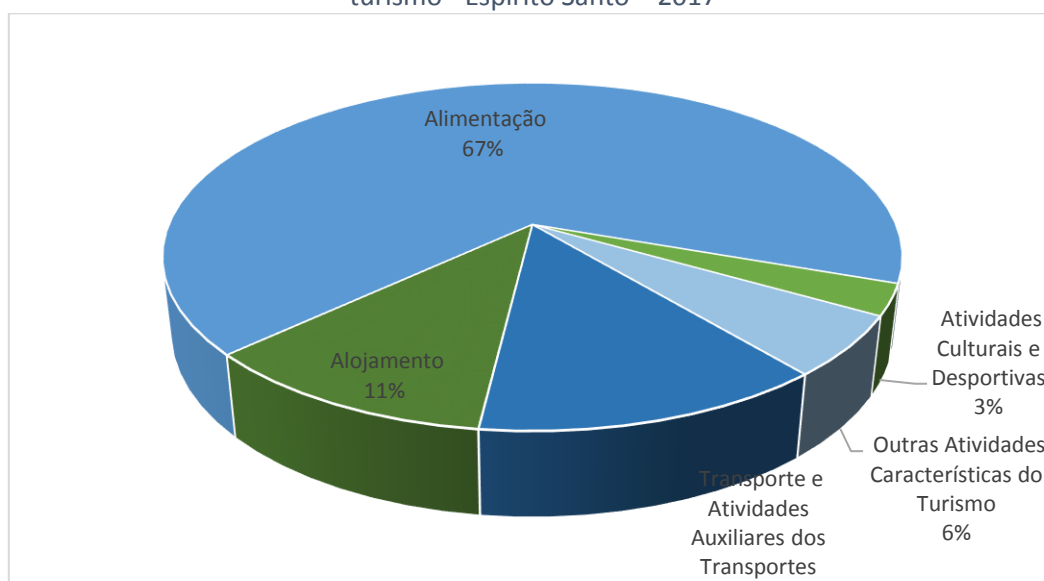
Gráfico 24: Participação (%) das atividades características do turismo no total de vínculos - Espírito Santo – 2012 a 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Ao analisar o estoque de empregos formais dos segmentos turísticos, no Espírito Santo, constata-se que em 2017 o segmento Alimentação registrou a maior participação no número de vínculos (67%), somando 28.875 empregados formais, seguido por Transporte e Atividades Auxiliares dos Transportes (13%), com 5.599 vínculos e Alojamento (11%), totalizando 4.801 vínculos. O segmento Outras Atividades Características do Turismo e Atividades Culturais e Desportivas, por sua vez, corresponderam a, respectivamente, 6% e 3% dos empregos formais no turismo (Gráfico 25).

Gráfico 25: Participação (%) dos vínculos por segmento das atividades características do turismo - Espírito Santo – 2017



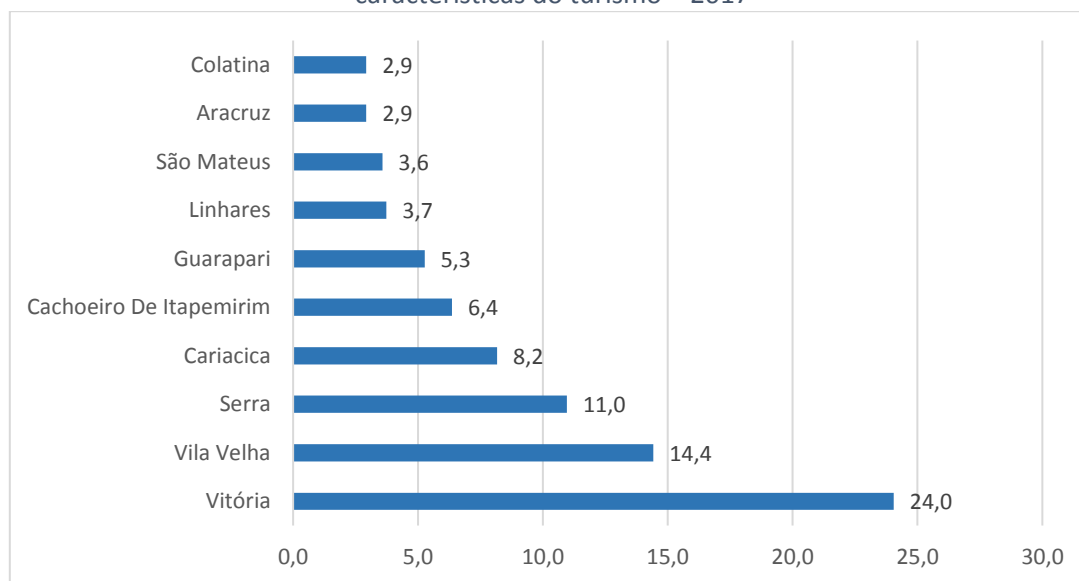
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Por fim, destaca-se que a massa de rendimento no emprego formal gerada pela economia do turismo no Espírito Santo totalizou em 2017 o valor de R\$ 61,9 milhões, valor esse que corresponde a 2,9% do total de toda economia do Espírito Santo. Tal resultado é menor que o observado para o número de trabalhadores formais, mostrando que proporcionalmente o turismo gera mais empregos que renda.

5.4.1. Emprego formal nos municípios

Do total de empregos formais no turismo, os 10 municípios com maior número de empregos formais concentram mais de 80% desses vínculos. Vitória, aparece com o maior número de empregos formais, o correspondente a 24% dos vínculos nas atividades características do turismo do estado, somando 10.326 empregos formais (Gráfico 26).

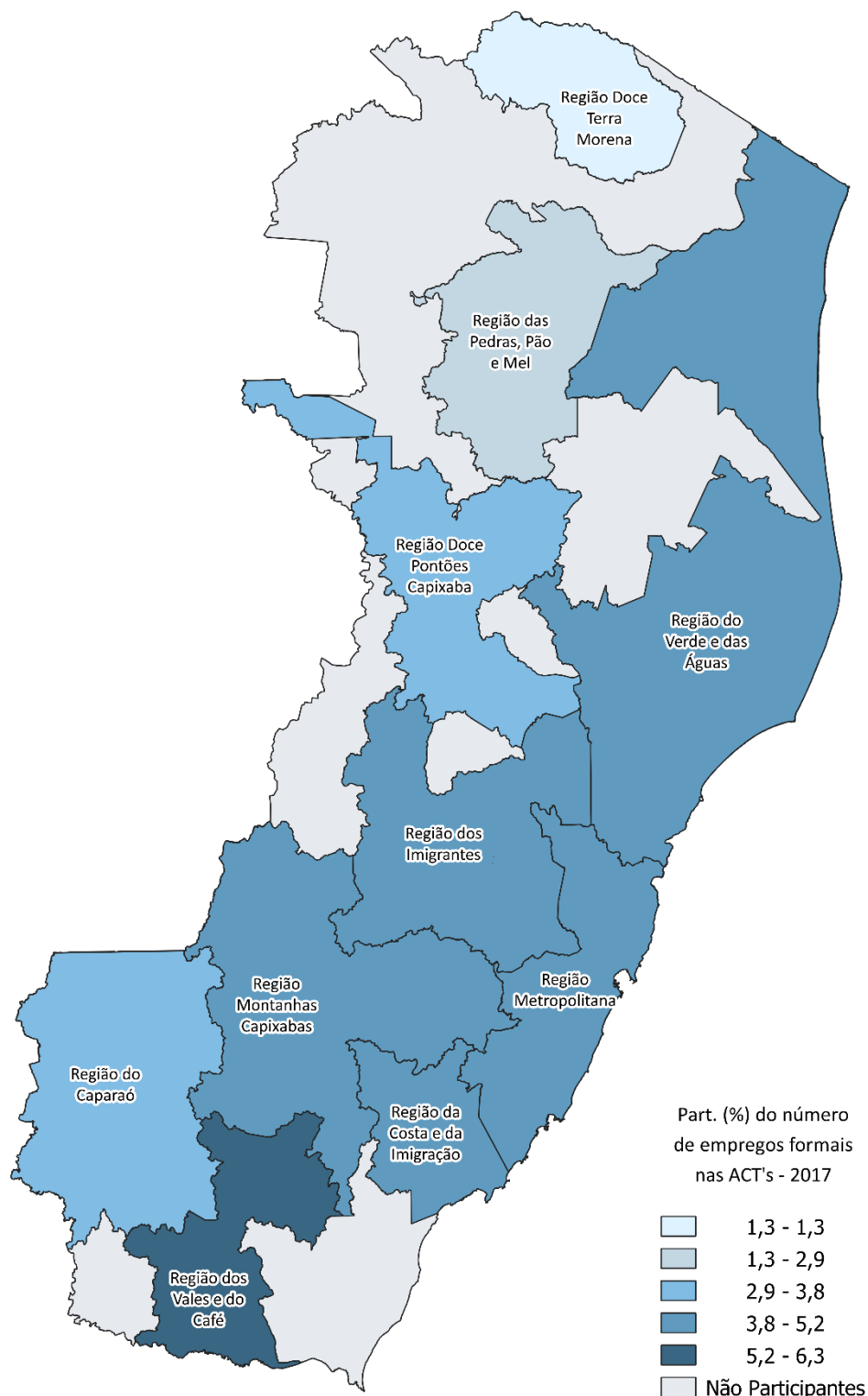
Gráfico 26: Ranking dos 10 municípios com maior número de empregos formais nas atividades características do turismo – 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

No que diz respeito as regiões turísticas, dentre os dez municípios capixabas, com maior participação no estoque de empregos formais do Espírito Santo, verifica-se que cinco estão localizados na Região Turística Metropolitana, a saber, Vitória (24,0%), Vila Velha (14,4%), Serra (11,0%), Cariacica (8,2%), e Guarapari (5,3%). Essa é a região com a maior concentração de empregos formais nas ACT's, com 63,9% do total de empregos formais da economia do turismo no estado. Em seguida, aparecem as regiões do Verdes e das águas (10,6%) e a região dos vales e do café (6,8%) (*Figura 4: Participação (%) do número de empregos formais nas atividades características do turismo por região turística – Espírito Santo – 2017*). As informações de estoque de emprego formal para as atividades características do turismo para os municípios estão no anexo 2.

Figura 4: Participação (%) do número de empregos formais nas atividades características do turismo por região turística – Espírito Santo – 2017

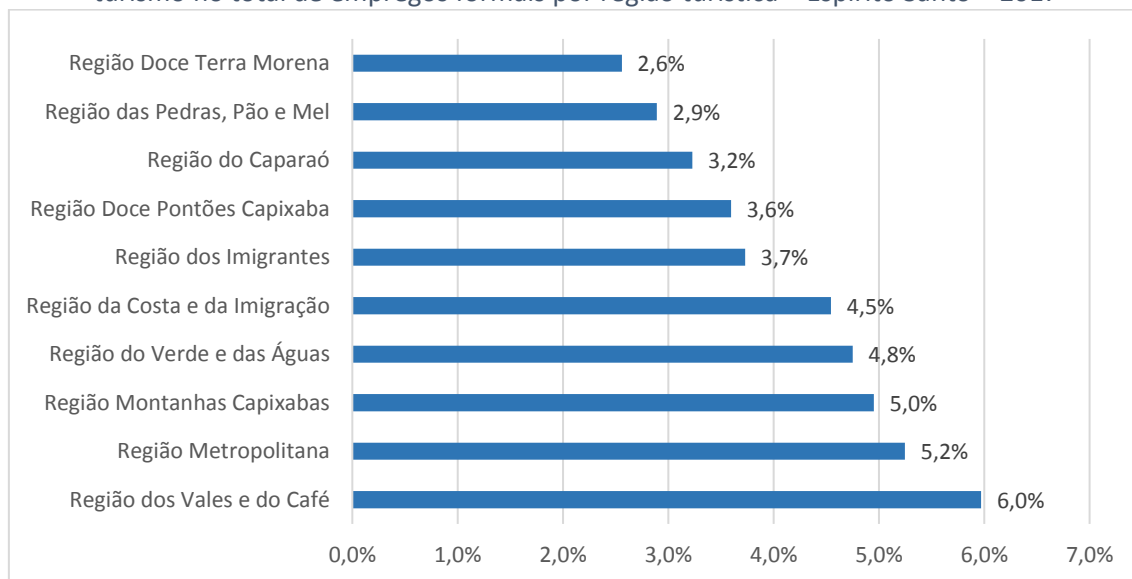


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

A figura 5 apresenta a participação dos empregos formais das atividades características do turismo no total de empregos formais em 2017. Os municípios estão classificados conforme a faixa de participação percentual dos empregos formais no turismo pelo total de empregos formais, com as cores mais escuras representando onde é maior a importância da economia do turismo e nos mais claros onde essa importância é menor. Dentre os 78 municípios, apenas 16 possuem participação maior que a média do estado (4,9%). Domingos Martins é o município, com maior participação do turismo (12,1%), seguida por Marataízes (11,6%), Guarapari (10,9%), Piúma (9,6%), Ibraçu (8,7%), Apiacá (7,7%), São Mateus (7,4%) e Santa Teresa (7,2%). Por outro lado, os municípios com menor participação foram, Divino de São Lourenço (0,2%), Alto Rio Novo (0,4%) e Água Doce do Norte (0,5%).

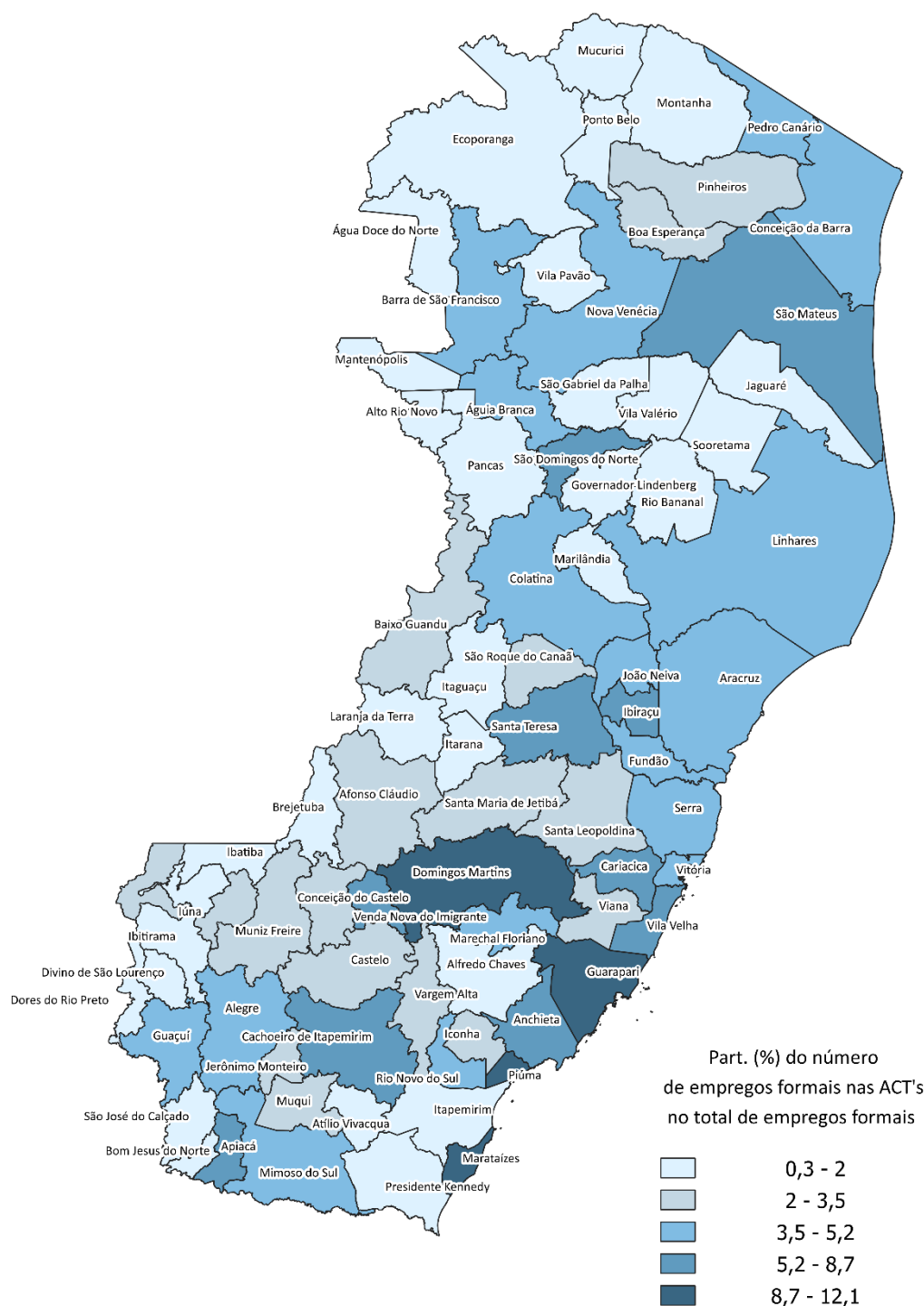
Agregando os municípios pela classificação de região turística da SETUR, a Região dos Vales e do Café é a região com maior importância das atividades características do turismo no emprego formal, com uma participação de 6,0%. Em seguida aparece a Região Metropolitana, com 5,2% e a Região das Montanhas Capixabas (5,0%). Já as regiões turísticas com menor importância foram a Região Doce Terra Morena (2,6%), Região das Pedras, Pão e Mel (2,9%) e Região do Caparaó (3,2%) (Figura 5).

Gráfico 27: Participação (%) do número de empregos formais nas atividades características do turismo no total de empregos formais por região turística – Espírito Santo – 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Figura 5: Participação (%) do número de empregos formais nas atividades características do turismo no total de empregos formais por municípios – Espírito Santo – 2017



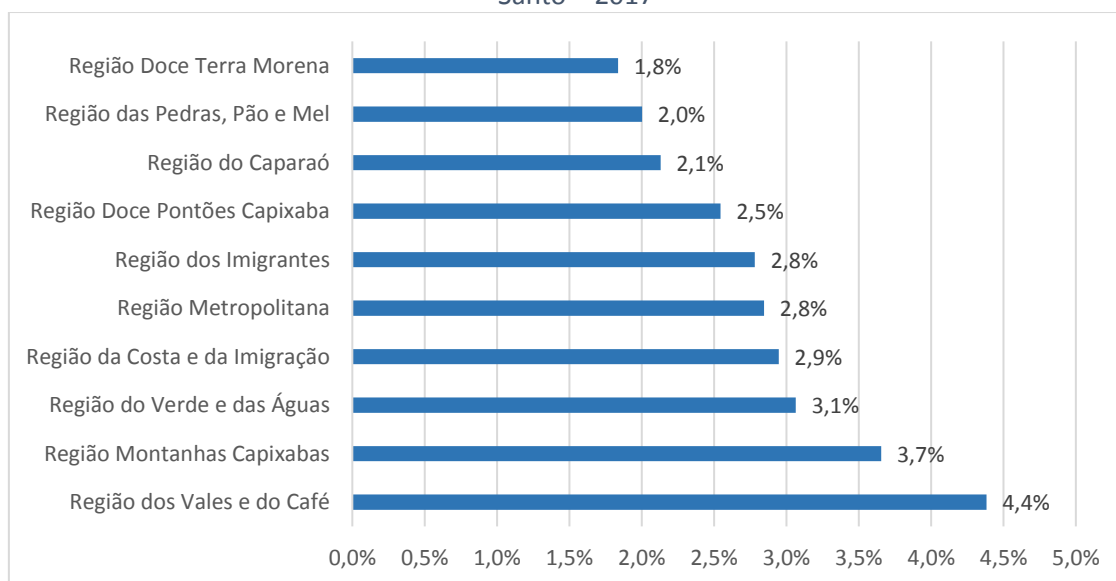
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

A Figura 6, por sua vez, apresenta a participação da massa de rendimento gerada das atividades características do turismo na massa de renda total em 2017. Os municípios, tal qual na figura anterior, estão classificados em ordem decrescente, segundo padrão de cor escuro-claro, conforme a faixa de participação percentual da massa de rendimento do turismo

O município com maior importância do turismo na geração da renda do emprego formal foi Marataízes (10,0%), seguida por Domingos Martins (9,2%), Guarapari (8,3%), Ibirapu (6,7%) e Apiacá (6,6%). Todos os municípios com maior contribuição do turismo em termos de massa de rendimento também aparecem entre os maiores em termos de quantidade de empregos formais. No outro espectro, da mesma forma, os municípios com menor contribuição na geração de renda das atividades características do turismo foram Divino de São Lourenço (0,1%), Água Doce do Norte (0,3%) e Alto Rio Novo (0,3%).

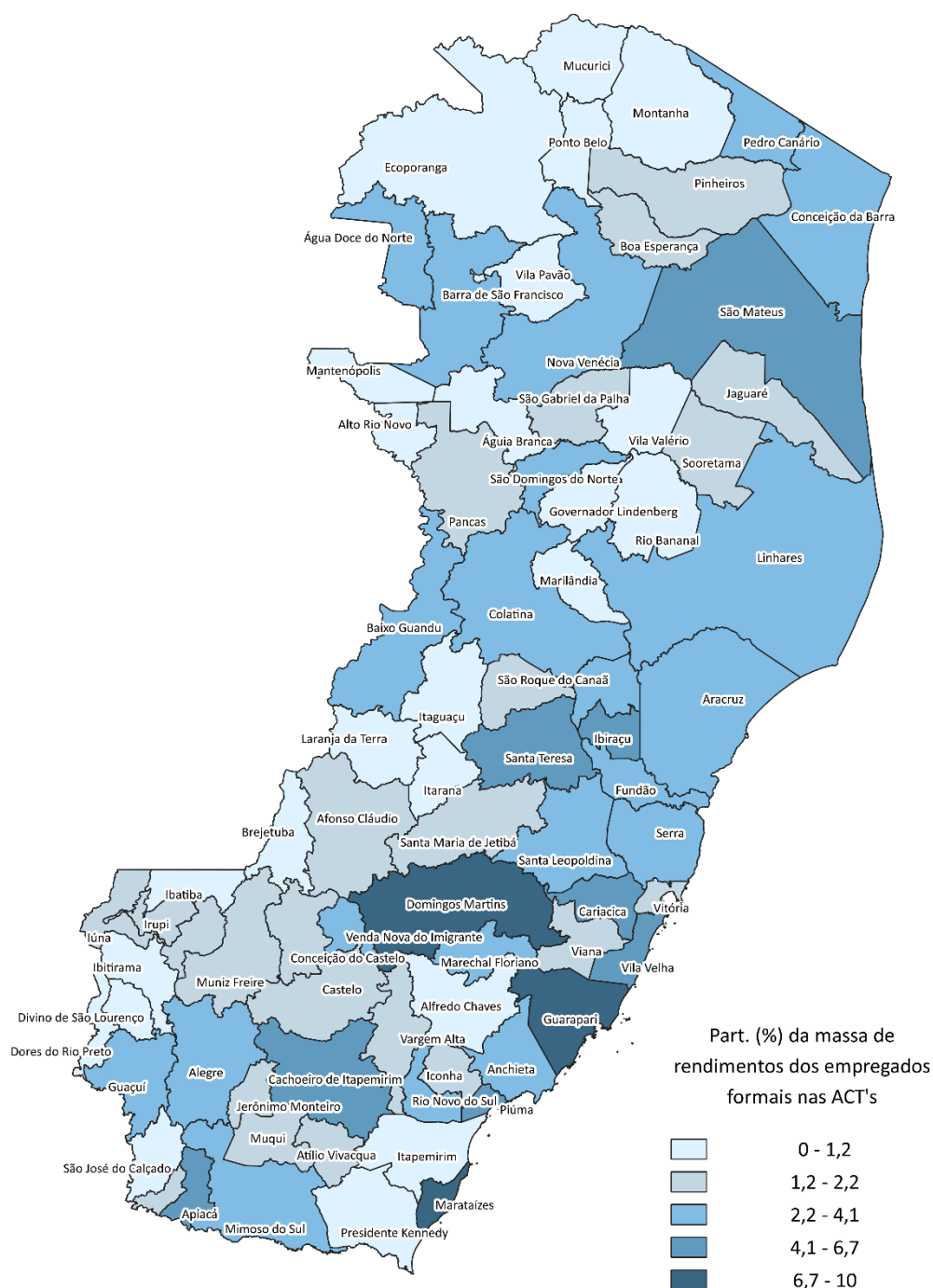
No que diz respeito às regiões turísticas definidas pela SETUR, a contribuição das atividades características do turismo na geração de rendimento do emprego formal também é maior na Região dos Vales e do Café (4,4%). Em seguida, a Região das Montanhas Capixabas e a Região do Verde e das Águas aparecem com maior importância do turismo, com respectivamente, 3,7% e 3,1%. A Região Metropolitana, que aparecia entre as maiores participações no que diz respeito aos vínculos formais, cai no ranking da massa de rendimento, aparecendo apenas na 5ª posição, com participação de 3,8%.

Gráfico 28: Participação (%) da massa de rendimento dos empregos formais nas atividades características do turismo no total da massa de rendimento por região turística – Espírito Santo – 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Figura 6: Participação (%) da massa de rendimento dos empregados formais nas atividades características do turismo no total de empregos formais por municípios – Espírito Santo – 2017

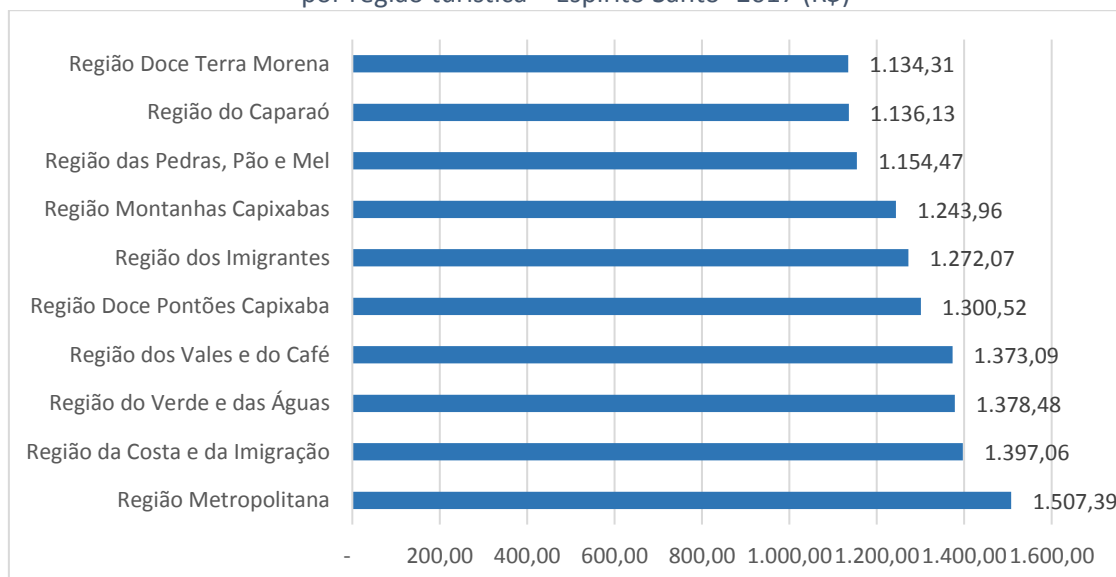


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Por fim, no que diz respeito ao rendimento do trabalhador formal, a Figura 7 apresenta o rendimento médio do empregado formal nas atividades características do turismo em 2017, classificados em ordem decrescente, segundo padrão de cor escuro-claro, conforme a faixa de rendimento médio. O município com maior rendimento médio no emprego formal nas ACT's foi Cariacica (R\$1.666,77), seguido por Vitória (R\$ 1.614,84), Marataízes (R\$ 1.583,60), Linhares (R\$ 1.434,42) e Serra (R\$ 1.429,67). Já os menores rendimentos médios no emprego formal das atividades características do turismo foram: Marilândia (R\$ 933,17), Mantenópolis (R\$ 955,05) e Alto Rio Novo (971,61).

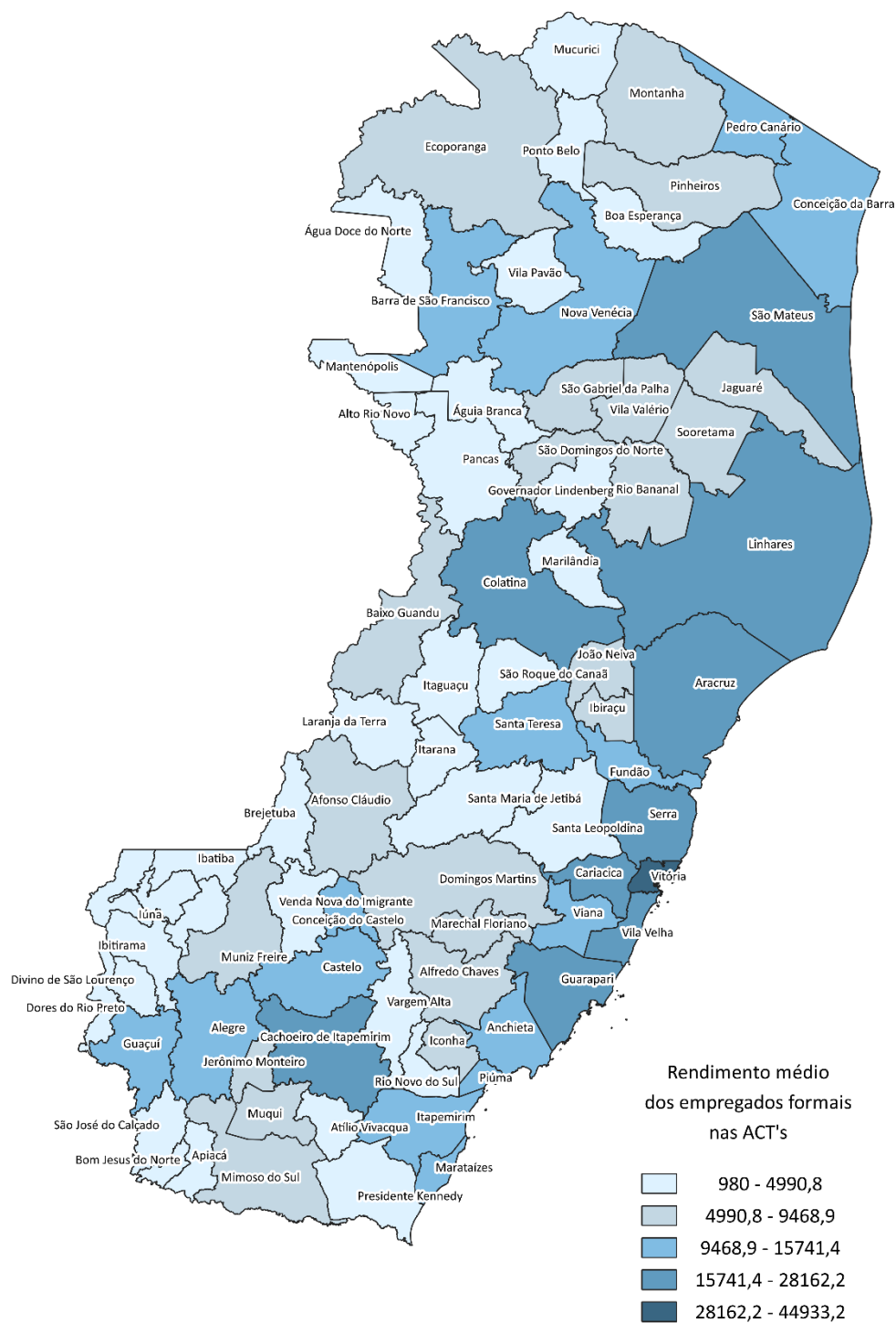
Em relação às regiões turísticas definidas pela SETUR, o maior rendimento médio das atividades características do turismo é na Região Metropolitana (R\$ 1.507,39), seguida pela Região da Costa e da Imigração (R\$ 1.378,48) e a Região do Verde e das Águas (R\$ 1.373,09). Por outro lado, as regiões com menor rendimento do trabalho no emprego formal foram: Região Doce Terra Morena (R\$ 1.134,31), Região do Caparaó (R\$ 1.136,13) e Região das Pedras, Pão e Mel (R\$ 1.154,47)

Gráfico 29: Rendimento médio do emprego formal nas atividades características do turismo por região turística – Espírito Santo -2017 (R\$)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Figura 7: Rendimento médio dos empregos formais nas atividades características do turismo – Espírito Santo – 2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

5.5. Outras informações

A fim de traçar um quadro mais amplo da economia do turismo no Espírito Santo, este estudo buscou, junto a uma amostra das secretarias de fazendas municipais, os dados de arrecadação tributária das atividades características do turismo. O indicador sugerido possibilita o processo de análise comparativa entre municípios do estado e/ou subsetores do turismo, através do valor anual arrecadado nas atividades características do turismo, conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

A metodologia proposta e que norteia a delimitação dos municípios que compõe a amostra determinou a seleção de 24 municípios para mapeamento da arrecadação em Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Dessa forma, a seleção dos municípios respeita a ordem da contribuição desse imposto ligado à atividade turística, sobre o valor total arrecadado do Estado. Na série temporal analisada 2013-2017, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 12 municípios contribuem com cerca de 90% do valor total arrecadado (IJSN, 2018), são eles: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari, Cachoeiro do Itapemirim, Linhares, São Mateus, Colatina, Aracruz e Anchieta. Em busca de uma maior abrangência e representatividade desse indicador na atividade turística do estado, a equipe do IJSN incluiu os municípios de Domingos Martins, Marataízes, Conceição da Barra, Venda Nova do Imigrante, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Castelo, Alfredo Chaves, Dorcas do Rio Preto, Divino de São Lourenço. A seleção desses municípios foi realizada a partir da consulta da pesquisa Fluxo Turístico por meio de Sinal de Telefonia Móvel no Estado do Espírito Santo, através de utilização de Big Data, da SETUR-ES.

No entanto, as informações solicitadas não foram atendidas, de forma que não foi possível mostrar a participação das receitas tributárias do turismo no total arrecadado. Apesar de não prosperar essa análise, achou-se importante citá-la, uma vez que pode ser benéfica para pesquisas futuras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo produzir informações acerca da economia do turismo no Espírito Santo com a construção de indicadores que possibilitem o acompanhamento da dinâmica dessa relevante atividade da economia capixaba. Assim, especificamente, pretende-se produzir e sistematizar a atualização de duas ferramentas de acompanhamento contínuo que reunirão as informações do turismo: (i) painel de indicadores interativo e (ii) boletim conjuntural.

O turismo pode desempenhar um papel importante sobre a economia, com vários benefícios econômicos associados à prática dessa atividade econômica. No entanto, apesar de reconhecer que esta atividade pode exercer grande importância sobre a economia dos países e regiões, funcionando como atividade propulsora da economia, no Espírito Santo não há muitas informações e ferramentas para o acompanhamento dos dados econômicos desse setor.

Assim, esse estudo se justifica tendo em vista que as informações de conjuntura se constituem como instrumentos fundamentais para o acompanhamento da dinâmica das atividades econômicas, de maneira que seus resultados sirvam como subsídios para a tomada de decisão tanto do setor privado quanto do setor governamental para a implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas setoriais.

Primeiramente, foram definidas as atividades características do turismo para o Espírito Santo. Para correta especificação das atividades que compõem o turismo no estado, optou-se por partir do marco conceitual desenhado pela OMT na confecção da conta satélite do turismo, bem como das recomendações das estatísticas do turismo. Em adição às recomendações da OMT, decidiu-se por levantar os estudos e pesquisas econômicos brasileiros, com foco sobre aqueles que se dedicaram ao dimensionamento do turismo e das suas repercussões sobre a economia local.

Em seguida, foram levantadas as informações disponíveis, que, posteriormente, precisaram ser compatibilizadas e, por fim, foram selecionados os indicadores que serão utilizados nas ferramentas de acompanhamento contínuo dos dados.

Os procedimentos adotados no levantamento das informações e na construção dos indicadores e das ferramentas de acompanhamento contínuo trazem à tona algumas limitações às informações geradas. Dentre essas, duas situações se destacam. A primeira delas, com origem na compatibilização das bases de dados, diz respeito à agregação às ACT's de atividades econômicas que pouco tem a ver com o turismo propriamente dito, fazendo com que os indicadores selecionados capturem e expressem de maneira mais abrangente a dinâmica das atividades características do turismo. O outro destaque refere-se à não utilização do coeficiente de demanda turística, como os propostos nos estudos do IPEA, que indica a parcela da produção consumida pelos turistas ou visitantes, de modo que os indicadores não contemplam apenas a proporção da produção que efetivamente foi consumida pelo turista, mas sim abrangendo os bens e serviços consumidos tanto pelos residentes quanto pelos turistas. Ambas situações conduzem a resultados que superestimam a economia do turismo.

No entanto, ainda que com estas limitações, acredita-se que os indicadores aqui selecionados se apresentam como aproximações plausíveis para o acompanhamento do turismo no estado,

devido a própria natureza dos indicadores, como fonte de informação parcial que se apresenta como aproximação adequada a medição do fenômeno que se pretende estudar.

Como a estimação do coeficiente de demanda turística possibilitaria sanar uma parte dessas limitações. Esse seria um passo importante para o melhor dimensionamento do setor e acompanhamento das informações turísticas. Recomenda-se assim, como tema para pesquisas futuras.

Após a seleção dos indicadores, partiu-se para a extração dos dados e operacionalização dos procedimentos para a alimentação do boletim conjuntural e do painel de dados. Essa padronização dos procedimentos utilizados deixa parte do processo de confecção do boletim e do painel automáticas, o que torna possível a divulgação das informações com maior confiabilidade e de forma tempestiva.

REFERÊNCIAS

ÁRIAS, A. R. **Proposta metodológica para a produção de indicadores correntes sobre o mercado de trabalho no setor turismo, por meio de fontes secundárias de cobertura nacional.** Brasília, Ipea, 2004.

BRASIL, G. H e Vários colaboradores. **Diagnóstico e avaliação do potencial turístico do Município de Vitória: relatório do projeto de pesquisa e desenvolvimento.** Secretaria de Estado do Turismo, Vila Velha – ES, 2016.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 2ª ed. São Paulo: SENAC, 1998. Em PARENTE, G. Turismo de Negócios no Espírito Santo. Monografia. 2016. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/GrupodeArquivos/monografias>>. Acesso em novembro, 2018.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 7.ed. São Paulo: Senac, 2002. Em NODARI, M. Z. R. As contribuições do turismo para a economia de Foz do Iguaçu. Dissertação UFPR. 2007

CASIMIRO FILHO, F. **Contribuições do turismo à economia brasileira.** Tese de doutorado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) - Piracicaba, Universidade de São Paulo (USP), p. 220, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-03022003-162953/pt-br.php>. Acesso em: setembro de 2018.

CUNHA, L. **A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário.** 2010

Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/665>. Acesso em: abril de 2018.

DOMINGUES, E. P., BETARELLI JÚNIOR, A. A., e MAGALHÃES, A. S. **Quanto vale o show? Impactos econômicos dos investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil.** Estudos Econômicos, volume 41, 409-439. 2011.

EMBRATUR. **Conta satélite do turismo: Brasil: 1999.** Brasília. 2002

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Economia do Turismo: Análise das atividades características do turismo 2003.** Estudos e pesquisas, número 5. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Economia do Turismo: Uma perspectiva macroeconômica 2000-2005.** Estudos e pesquisas, número 7. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Economia do Turismo: Uma perspectiva macroeconômica 2003-2006.** Estudos e pesquisas, número 12. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Economia do Turismo: Uma perspectiva macroeconômica 2003-2007.** Estudos e pesquisas, número 13. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Economia do Turismo: Uma perspectiva macroeconômica 2003-2009.** Estudos e pesquisas, número 18. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Série Relatório Metodológicos. **Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, 2014.

_____. Série Relatório Metodológicos. **Pesquisa Mensal de Serviços**, volume 42. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Pesquisa Mensal de Serviços. Índice de Atividades Turísticas – IATUR**. Outubro de 2015. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Servicos/Notas_Metodologicas/pms_notas_metodologicas_iatur.pdf>. Acesso em julho de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA -IPEA. **Metodologia de preparação e estimativas mensais de emprego no setor turismo, com base nos dados da RAIS**. Brasília, agosto de 2006.

_____. Estimativas mensais da ocupação formal e informal no setor turismo, para o Brasil, regiões e estados: dezembro de 2002 a dezembro de 2008. Brasília, IPEA, outubro de 2009.

KADOTA, D. K. e RABAHY, W. A. **Conta Satélite de Turismo no Brasil: método de avaliação do impacto econômico do turismo**. Turismo em Análise, v. 14, n. 1, p. 65-84, maio 2003

MINISTÉRIO do TRABALHO e EMPREGO - MTE. **Registros administrativos RAIS e CAGED**. MTE, SPPE/DES/CGET, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Annual Report 2017**. 2018. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419807>>. Acesso em julho de 2018.

_____. **Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework** (Luxembourg, Madrid, New York, Paris, 2001).

_____. **International Recommendations for Tourism Statistics 2008**. Series M No. 83/Rev.1, New York, 2010.

PARENTE, G. **Turismo de Negócios no Espírito Santo**. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/GrupodeArquivos/monografias>>. Acesso em novembro, 2018.

PINTO COELHO, M. **Ocupação do setor de turismo no Brasil: análise da ocupação nas principais ACTs nos estados, regiões e Brasil**. Brasília, Ipea, 2008.

SAKOWSKI, P. A. M. Aspectos Metodológicos do Sistema Integrado de Informações Sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo. IPEA: texto para discussão 1842. Rio de Janeiro, junho de 2013.

SANTOS, G. E. O. **Pesquisa científica em economia do turismo no Brasil**. Revista Turismo e Desenvolvimento, nº 26, 2016, 79-88. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/6324>. Acesso em agosto 2018.

SANTOS, G. E. O. e KADOTA, D. K. **Economia do turismo**. São Paulo: ALEPH, 2012.

SILVA, K.C.M. da. **A importância do turismo para o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo**. Monografia, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2004. Disponível em:
<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Publicacoes/Outras/Monografias/KELYCRISTINAMENDESDASILVA.pdf>. Acesso em agosto 2018.

TAKASAGO, M., GUILHOTO, J. J. M., MOLLO, M. L. R. e ANDRADE, J. P.. **O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 40, nº 3, dez. 2010.

ANEXO

Anexo 1: Correspondência entre CNAE 1.0 e CNAE 2.0

Descrição	Código CNAE 1.0	Classe CNAE 2.0
Serviços de alojamento	55.13+55.19	55.10+55.90
Serviços de alimentação	55.21+55.22+55.29	56.11+56.12
Transportes ferroviário e metroviário	60.29	49.50
Transporte rodoviário	60.24+60.25	49.22+49.29
Transporte aéreo	(1)62.10+(1) 62.20	51.11+51.12
Transporte aquaviário e serviços auxiliares dos transportes	(1) 61.11+(1) 61.12+61.21+63.21+63.23	(1) 50.11+(1)50.12+50.99+ 50.22+52.22+52.40
Atividades de agências e organizadoras de viagens	63.30	79.11+79.12+79.90
Aluguel de bens móveis	71.10	77.11
Atividades recreativas, culturais e desportivas	92.13+92.31+92.32+92.39 +92.51+92.52+92.53+92.6 1+92.61	59.14+90.01+90.02+90.03+9 1.01+91.02+91.03+92.00+93. 11+93.12+93.19+93.21+93.2 9

Fonte: IBGE (2012)

Nota: (1) Somente uma parte das classes ou grupos está diretamente relacionada com as Atividades Características do Turismo.

Anexo 2: Estoque de empregos formais, Massa de rendimento e Rendimento médio da economia do turismo por municípios – Espírito Santo - 2017

Município	Estoque de empregos formais	Massa de rendimento (R\$)	Rendimento Médio (R\$)
Afonso Cláudio	93	111.775,41	1.201,89
Água Doce Do Norte	5	5.275,97	1.055,19
Águia Branca	52	60.038,78	1.154,59
Alegre	181	220.323,75	1.217,26
Alfredo Chaves	42	52.846,74	1.258,26
Alto Rio Novo	3	2.914,83	971,61
Anchieta	330	438.903,76	1.330,01
Apiacá	53	68.001,44	1.283,05
Aracruz	1258	1.703.878,92	1.354,43
Atílio Vivacqua	50	63.603,35	1.272,07
Baixo Guandu	153	174.306,60	1.139,26
Barra De São Francisco	268	325.112,78	1.213,11
Boa Esperança	51	54.541,02	1.069,43
Bom Jesus Do Norte	27	29.392,35	1.088,61
Brejetuba	17	18.836,30	1.108,02
Cachoeiro De Itapemirim	2731	3.811.258,95	1.395,55
Cariacica	3505	5.842.020,01	1.666,77
Castelo	209	251.958,74	1.205,54
Colatina	1258	1.689.212,07	1.342,78
Conceição Da Barra	146	171.526,39	1.174,84
Conceição Do Castelo	38	45.365,58	1.193,83
Divino De São Lourenço	1	980,00	980,00
Domingos Martins	679	883.657,24	1.301,41
Dores Do Rio Preto	11	11.266,67	1.024,24
Ecoporanga	36	39.463,10	1.096,20
Fundão	165	229.299,44	1.389,69
Governador Lindenberg	6	6.983,27	1.163,88
Guaçuí	193	214.964,21	1.113,80
Guarapari	2261	2.949.406,11	1.304,47
Ibatiba	41	43.626,89	1.064,07
Ibiraçu	315	401.900,89	1.275,88
Ibitirama	7	6.915,80	987,97
Iconha	107	134.671,39	1.258,61
Irupi	23	26.032,26	1.131,84
Itaguaçu	22	24.119,02	1.096,32
Itapemirim	84	96.607,43	1.150,09
Itarana	24	29.175,70	1.215,65
Iúna	84	89.354,93	1.063,75

Jaguaré	71	88.953,29	1.252,86
Jeronimo Monteiro	32	40.910,92	1.278,47
Joao Neiva	140	170.436,62	1.217,40
Laranja Da Terra	11	11.869,38	1.079,03
Linhares	1605	2.302.239,60	1.434,42
Mantenópolis	14	13.370,75	955,05
Marataízes	641	1.015.086,10	1.583,60
Marechal Floriano	167	196.739,38	1.178,08
Marilândia	16	14.930,69	933,17
Mimoso Do Sul	127	141.755,27	1.116,18
Montanha	46	50.989,30	1.108,46
Mucurici	7	7.741,66	1.105,95
Muniz Freire	45	50.410,93	1.120,24
Muqui	41	45.085,08	1.099,64
Nova Venécia	319	375.505,00	1.177,13
Pancas	29	41.400,73	1.427,61
Pedro Canário	126	149.629,50	1.187,54
Pinheiros	107	116.985,62	1.093,32
Piúma	276	355.809,89	1.289,17
Ponto Belo	12	12.678,86	1.056,57
Presidente Kennedy	16	19.930,55	1.245,66
Rio Bananal	42	42.428,89	1.010,21
Rio Novo Do Sul	63	64.160,12	1.018,41
Santa Leopoldina	40	48.767,83	1.219,20
Santa Maria De Jetibá	211	244.488,36	1.158,71
Santa Teresa	314	444.287,62	1.414,93
São Domingos Do Norte	84	97.181,25	1.156,92
São Gabriel Da Palha	136	140.342,84	1.031,93
São José Do Calçado	21	21.202,15	1.009,63
São Mateus	1537	2.178.402,73	1.417,31
São Roque Do Canaã	58	60.175,16	1.037,50
Serra	4706	6.728.029,32	1.429,67
Sooretama	68	83.496,65	1.227,89
Vargem Alta	94	113.874,88	1.211,43
Venda Nova Do Imigrante	336	410.997,18	1.223,21
Viana	297	367.482,57	1.237,32
Vila Pavão	12	13.984,03	1.165,34
Vila Valério	23	27.076,44	1.177,24
Vila Velha	6191	8.588.257,04	1.387,22
Vitoria	10326	16.674.797,91	1.614,84

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS



Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Turismo

